

informe

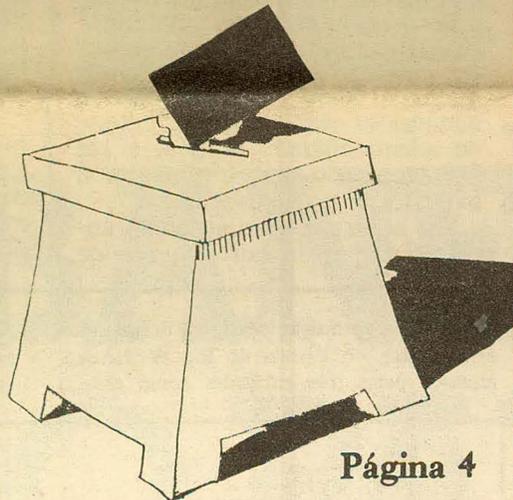
CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região - Rio de Janeiro - Nº 29 - FEVEREIRO/MARÇO/1991

ELEIÇÕES NO COFECON

Perspectivas do movimento
de renovação dos economistas

**PRÊMIO
CORECON/RJ**
Concurso de
monografia
1990
Página 3



Página 4

CORECON, IERJ E SINDECON

Um modelo econômico
em debate

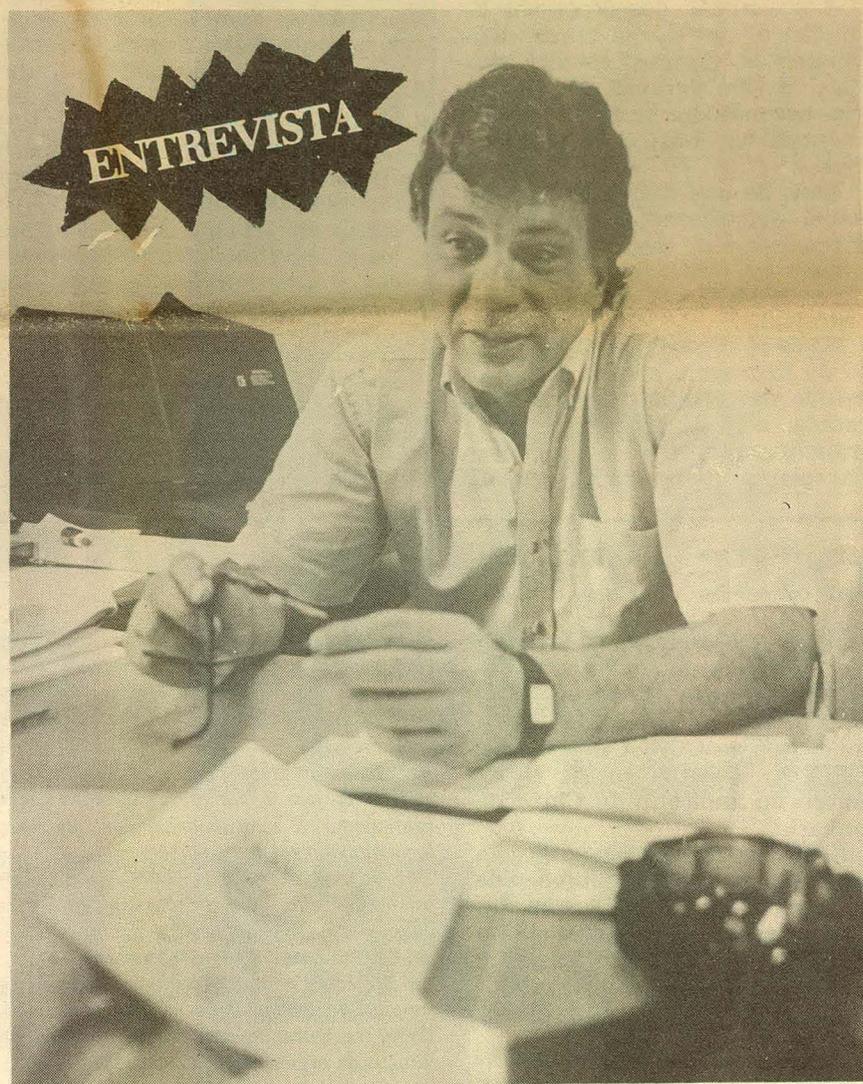
Página 4

CRISE E TRANSIÇÃO

Rumos e impasses da
modernização brasileira

Páginas 10, 11 e 12

ENTREVISTA



JOSÉ LUIS FIORI

O pacto possível e as
alianças políticas prováveis

Páginas 5, 6, 7 e 8

EDITORIAL

Um temário viés na abordagem estático-comparativa consiste em supor que, caracterizadas as propriedades de dois estados em comparação, esgota-se o conhecimento necessário a entender e o processo de transição de um estado a outro.

A partir dos anos oitenta veio se intensificando a prática de formular cenários, como ponto de partida para exercícios de simulação que passam a constituir-se na metodologia básica de planejamento.

A história constitutiva dos processos de mudança não é objeto de esforço analítico e o conhecimento sobre a formação dos paradigmas que adotamos e sobre as resistências e interações embutidas no estado inicial é fragmentado.

Em consequência, as prescrições originadas do planejamento vem se tornando mais frágeis, colocando esta ferramenta sob suspeita e induzindo a sublimação dos mecanismos de coordenação via mercado.

A aceleração dos processos de mudança, que torna ainda mais voláteis os "estados" sob observação, só vem agravar as deficiências dos métodos de análise fundamentais na construção de cenários.

Mais do que nunca é indispensável debruçarmo-nos sobre os mecanismos de transição que dão origem aos fenômenos sociais, entre os datários das determinações históricas.

Há de se reconhecer que o objeto da Economia não se limita ao estudo das propriedades de cada estado, nem exclui a análise da trajetória percorrida ou a gênese das relações de contrato vigentes.

Ao longo dos anos setenta o veio mais significativo para a ação do Estado na organização da estrutura de oferta em nossa economia foi constituído a partir da articulação estabelecida entre as diversas agências governamentais normativas e de fomento, integradas ao esforço de promover os investimentos nos setores líderes da economia.

Esse arranjo político-institucional espelhava a inequívoca disposição governamental para assumir a responsabilidade pelo ordenamento prescrito do processo interno de acumulação de capital e até para associar-se com a iniciativa privada na sua alavancagem, mediante a ativação de instrumentos de política econômica que, diga-se de passagem, foram amplamente utilizados no pós-guerra, com vistas à sinalização dos investimentos nas economias capitalistas desenvolvidas.

A estratégia nacional-desenvolvimentista de diversificação e verticalização de nosso parque produtivo, a partir de canais de centralização para captação de poupanças domésticas e de endividamento público para a captação de poupanças externas coube o mérito de ter-nos permitido implantar a infra-estrutura de serviços sociais básicos e o segmento "pesado" de nossa indústria, em reconhecida sincronização com o estado da técnica demarcado pelos avanços nos processos químicos e eletromecânicos ocorridos no pós-guerra.

A crise do nosso modelo de crescimento é a crise do nosso setor público, retratada no esgotamento da capacidade de coordenação dos investimentos exercitada mediante os mecanismos de incentivos governamentais susten-

tados até o final dos anos setenta.

O atual entreato de nosso crescimento tem por componentes objetivos o esgotamento absoluto da capacidade de intermediação financeira externa e interna do nosso setor público e a absolescência relativa de nosso parque produtivo, quando confrontado com as perspectivas oferecidas pela ampla difusão de novos processos e matérias-primas de configuram os setores de ponta a nível mundial.

Já com respeito aos componentes não necessariamente inequívocos do diagnóstico em voga, que por sua vez se disseminando com aceitação cada vez mais ampla, estes incluem as proposições de que devemos: reorientar o desenvolvimento de nossa economia segundo as diretrizes sinalizadas pelas tendências do comércio internacional, desobstruir a ação dos mecanismos de coordenação via mercado em nossa economia e redefinir a participação do Estado, do capital privado nacional e do capital estrangeiro no nosso processo de acumulação.

Entre o "velho" nacional-desenvolvimentismo, reduzido a estereótipo como "modelo de substituição de importações" e o "novo" receituário liberal, elevado a paradigma de "novo padrão de desenvolvimento", situam-se portanto opções estratégicas e trajetórias para a condução de políticos, que servem para caracterizar a descontinuidade das mudanças envolvidas na correção de rumos em gestação e devem, em consequência, merecer abrangente e minucioso debate teórico e teste de adequabilidade prática, a ser protagonizado pelo formulador e executor de políticos públicos.

Em contraposição ao papel antes assumido no norteamento de

prioridades para investimento, caberia agora ao Estado simplesmente assegurar a estabilização macroeconômica, via eliminação do déficit público?

Procede a convicção de que tenha se deslocado a fonte propulsora do crescimento brasileiro do mercado interno para o mercado externo e de que um projeto estratégico deva contemplar os aumentos de eficiência, a exposição à concorrência e o privilegiamento dos setores detentores de vantagens comparativas dinâmica e os setores de ponta, em detrimento da precedente ênfase conferida à internalização da decisão de investimento, à proteção das indústrias nascentes e à diversificação e integração vertical do parque produtivo nacional?

Em substituição ao Estado empresário, estruturante, planejador, impõe-se a figura do Estado restrito às "atividades típicas de Governo", encarregado de zelar pelo primado da concorrência e estritamente responsável pela alocação de recursos na reestruturação do parque produtivo interno?

Dissociada dos investimentos em expansão de capacidade, deve a ação do Estado se fazer por instrumentos gerais de aplicação automática preferencialmente voltados à formação de parcerias com as P & M empresas tecnologicamente dinâmicas e pautados por regime não-discriminatório de tratamento do capital estrangeiro?

Questionada a liderança dinâmica da grande empresa de capital nacional, faz-se imperiosa a desregulamentação dos mecanismos de acesso à tecnologia de origem estrangeira?

POSSE CONJUNTA

O ano de 1990 encerrou-se com um evento politicamente significativo para os economistas fluminenses: a posse conjunta do novos representantes eleitos do CORECON, IERJ e SINDECON, ocorrida no dia 18 de dezembro no auditório do Clube de Engenharia.

A afluência de colegas à cerimônia foi uma demonstração inequívoca de apoio à iniciativa de unificação das entidades, tema, aliás, que foi objeto do discurso proferido na ocasião e cuja íntegra é transcrita a seguir:

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1990

Em 1978, com a fundação do instituto dos economistas, consolidou-se o "Movimento de Renovação dos Economistas" no Estado do Rio de Janeiro que, resultando em ampla agregação dos economistas fluminenses, teve como desdobramentos a integração do Conselho Regional em 1985 e do Sindicato dos Economistas em 1983.

O alargamento deste "movimento", que integrou as três entidades na difícil luta pela preservação dos princípios democráticos, pela defesa dos interesses nacionais permanentes e pela reorientação não excludente do processo de desenvolvimento econômico-social, hoje nos qualifica com uma combativa herança, que traz em seu bojo o compromisso com o constante aprofundamento da mobilização associativista para o debate e divulgação dos grandes temas de interesse nacional.

Assim conseguiu-se reunir em torno das três entidades, explorando as características de cada uma, profissionais atuantes nos campos acadêmicos, da gestão pública e da iniciativa privada, de forma a aglutinar forças necessárias ao desenvolvimento de uma consciência crítica, à conquista da valorização profissional e a articulação com as lutas sociais mais amplas.

Hoje, 18 de dezembro de 1990, no espaço de uma conjuntura com características diversas às vividas na década passada, faz-se necessário dar um passo à frente na consolidação de um horizonte comum às entidades associativas dos profissionais de economia, respondendo às configurações que ora se delineiam no âmbito da organização da sociedade brasileira, através da priorização do trabalho de organização da categoria para:

- A discussão do modelo econômico;
- A proposição de alternativas de desenvolvimento sócio-econômico em geral e do Estado do Rio de Janeiro em particular, priorizando ampliação da Democracia e da Participação Popular, a redistribuição da renda Nacional e a rediscussão do poder do Estado.
- A adequação do currículo das escolas de economia e o constante compromisso com o programa de valorização profissional.

Eis porque aqui estão reunidos o conselho, o Instituto e o Sindicato dos Economistas para, a partir desta solenidade de posse conjunta, caminharem no sentido de sua unificação programática, incluindo também entre suas

metas e reconstituição definitiva da casa dos economistas no Estado do Rio de Janeiro, mantida pelas três entidades como espaço

físico que, certamente, permitirá um importante campo de entrosamento entre o pensar e fazer economia brasileira.

Informe CORECON

EXPEDIENTE

Orgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
 Editora e Jornalista Responsável
 Cláudia Valéria Plácido
 Diretor Responsável - Marcelino José Jorge
 Conselho Editorial
 Cláudio Monteiro Considera, Ignácio de Mourão Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Sandra Maria de Souza Neiva Moreira,

Winston Fritsch

Colaboradores

Ângela Peixoto, Fábio Stefano Erber, Ignácio de Mourão Rangel, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Luís Fiori, Lia Hasenclever, Marcelino José Jorge, Maurício Buzanovsky.

Secretárias de Redação

Maria das Graças Souza de Oliveira Castro e Marley Matzenbacher Antunes
 Tiragem 15.000 mil exemplares
 Periodicidade - Bimestral

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.
 Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

CORECON

Presidente
 Márcio Henrique Monteiro de Castro
 Vice-Presidente
 Maurício Buzanovsky
 Conselheiros Efetivos
 Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Cláudio Monteiro Considera, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Lia Hasenclever, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luiz Carlos Pires de Araújo, Marcelino José Jorge
 Conselheiros Suplentes
 Airton de Albuquerque Queiroz, Carlos Augusto Callou, Elvio Valente, Eustáquio Reis, Ignácio de Mourão Rangel, José Carlos Negri Periard, Renato Augusto da Matia, Rosa Maria Porcaro

Secretaria de Coordenação

José Publio de Almeida Cunha

Secretária de Finanças

Raif Moisés Sobrinho

Secretária de Fiscalização

Terezinha de Jesus Almeida Joaquim

Delegacia Regional de Campos

Denise Cunha Tavares Terra

Avenida Dom Bosco, 49

Telefone (0247) - 23-8333

Biblioteca Eginardo Pires

Biblioteca Ângela Peixoto

Avenida Rio Branco, 109/19º andar

Rio de Janeiro

CEP.: 20054

Fone (021) 224-0578 - Ramais B-3 e B-4

19 PRÊMIO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RJ - 1990.

AGRADECIMENTO

O CORECON e o BANERJ agradecem às suas equipes técnicas pela implementação e coordenação do 1º Prêmio Conselho Regional de Economia-RJ - 1990, às Instituições de Ensino pelo esforço de realização da seleção em um período conturbado de férias escolares, ao trabalho e seriedade da Banca Examinadora, aos orientadores das monografias pela dedicação e aos alunos premiados pela excelência e relevância dos trabalhos realizados. Aproveitem também a oportunidade para conclamarem desde já as Instituições de Ensino a participarem do próximo Prêmio Conselho Regional de Economia no 2º semestre do presente ano, onde poderão concorrer os trabalhos concluídos no 2º semestre de 1990 e 1º semestre de 1991.

O Conselho Regional de Economia - RJ (CORECON) e o Banco Estadual do Rio de Janeiro (BANERJ) realizaram recentemente uma cerimônia para a entrega dos prêmios do 1º Prêmio Conselho Regional de Economia-RJ - 1990.

O CORECON vem fazendo esforços para acompanhar a implantação do currículo mínimo que passou a vigorar a partir de 1985. Tem promovido seminários para troca de experiências entre as Instituições de Ensino Superior e cursos de reciclagem para professores, como foi o caso dos seminários sobre a implantação da atividade monográfica de 1988 e o curso de técnica de pesquisa também no mesmo ano. Em 1990 criou o presente prêmio com o intuito de estimular e divulgar os melhores trabalhos dos estudantes das instituições de Ensino Superior Fluminense que possuem cursos de Graduação

em Economia. E neste mesmo ano foi feito um convênio com o BANERJ para seu patrocínio.

O principal objetivo da premiação é emular novos trabalhos com qualidade e excelência ou "revelar os talentos de nosso Estado" para que estes sirvam como espelho para a produção de novos trabalhos ainda, melhores. É um prêmio institucional e, portanto, conta com o apoio das Instituições de Ensino que são responsáveis pela inscrição de até quatro trabalhos a partir de uma seleção prévia. A idéia de concebê-lo desta forma se justifica porque a realização dos trabalhos não é uma tarefa individual, mas uma criação coletiva, onde desempenham um enorme papel tanto as próprias Instituições oferecendo uma infra-estrutura adequada e ambiente intelectual, como, principalmente, os orientadores, por seu dedicado esforço na orientação

das monografias.

Neste concurso o número de instituições inscritas foi de apenas 4 (Cândido Mendes-Centro, Faculdade de Ciências Econômicas de Valença, Faculdade de Economia e Administração da UFRJ e Pontifícia Universidade Católica-RJ), que é relativamente pequeno quando comparado com o número total de Cursos de Economia existentes no Estado do Rio de Janeiro: cerca de 20 cursos entre Instituições públicas e privadas. Acreditamos, entretanto, que o período escolhido para o lançamento, seleção e entrega dos prêmios tenha sido o principal obstáculo para que as demais instituições não tenham participado do evento.

O número total de trabalhos enviados foram 16 e abordaram temas tais como inflação, política industrial e cambial, meio ambiente e saúde pública. Entre os principais critérios que pautaram a escolha da Banca Examinadora estão a originalidade do tema, a propriedade com que ele foi abordado e a relevância do assunto para a sociedade brasileira. Enfim, procurou-se premiar os trabalhos que melhor refletiram a utilização da monografia como um "locus" privilegiado para a reflexão antecipada da atuação do economista sobre uma dada realidade social.

Os temas selecionados pelos três primeiros colocados (Marcos Antônio C. da Silveira - 1º lugar; Marcel Luis Nahm - 2º lugar e Cristina Sayão Setue - 3º lugar) tratam, respectivamente, da política cambial brasileira como um instrumento de política industrial, da reforma monetária alemã e das lições que se po-

dem tirar desta forma para o combate à inflação brasileira e das transformações atuais na política de saúde pública, como um caso particular das novas relações Estado e Sociedade. Todos estes temas, não é demais enfatizar, contribuem para uma reflexão do atual momento vivido pela sociedade brasileira. Na área cambial o governo está promovendo uma reformulação completa através da queda das barreiras alfandegárias e liberalização das taxas cambiais, no campo de política econômica também estamos convivendo com uma nova reforma monetária desde março de 1990, associada a um programa de combate à inflação, e, finalmente, na área de saúde pública o projeto SUDS - Sistema Unificado Descentralizado de Saúde - irá transformar inteiramente os conceitos de relacionamento entre Estado e Sociedade, levando a uma maior descentralização e, para muitos, também a uma maior democratização.

Além destes trabalhos a Banca Examinadora resolveu premiar com menção honrosa os trabalhos de Cristiano Barreto e Cláudia Fonseca, respectivamente da PUC-RJ e FEA-UFRJ, pela excelência e qualidade destas pesquisas, apesar de os temas selecionados não serem tão originais. O primeiro é um trabalho econométrico de demanda de transportes e o segundo um trabalho sobre teoria econômica Keynesiana.

Acreditamos que o resultado deste pequeno esforço sirva para uma posterior reflexão acerca da atividade monográfica no currículo mínimo de economia e também para uma reflexão maior acerca do papel do economista na sociedade.

O BANERJ ESTÁ INDO PARA ONDE VOCÊ QUERIA.

Você queria um banco ágil, dinâmico, eficiente.

Um banco com novos e melhores serviços, e com um atendimento de maior qualidade para você e sua empresa.

Não era isso que você queria?

Pois o Banerj está indo exatamente nessa direção.

Está se adaptando aos novos tempos, e às novas necessidades de seus clientes.

ONDE VOCÊ PRECISA DE MODERNIDADE, O BANERJ ESTÁ MAIS MODERNO.

Uma série de novos serviços de automação bancária já está à sua disposição em todas as agências do Banerj.

Serviços como o Videotexto — basta um microcomputador e um telefone para

você controlar o movimento de seus negócios com o Banerj, direto de sua casa ou escritório.

Ou como o Banerj Na Linha — um serviço de informação por telefone que lhe permite obter direto do computador, com sua senha secreta, dados atualizados sobre poupança e conta-corrente.

Ou ainda como o Caixa Automático, já funcionando em diversos locais, onde você pode fazer saques a qualquer hora.

Além de vários outros serviços proporcionados pela Linha Verde — um sistema on-line interligando toda a rede do Banerj que lhe permite operar a partir de qualquer agência, como se fosse a sua própria.

ONDE VOCÊ PRECISA DE TRADIÇÃO, O BANERJ CONTINUA TRADICIONAL.

Só o Banerj tem Cheque Verde — o primeiro cheque especial surgido no país. Um cheque que hoje, com mais de 20 anos de tradição, é sem dúvida um dos mais bem aceitos do mercado.

Com ele, você tem o Cartão Verde. Um cartão de múltiplo uso, que funciona para garantia de cheques, saque em caixas automáticos, movimentação de sua conta em qualquer agência através da Linha Verde e, em breve, Banco 24 Horas.

PORQUE VOCÊ PRECISA DELE, O BANERJ ESTÁ MELHOR E MAIS FORTE.

O Banerj está reestruturando toda a sua rede de serviços. Esta modernizando seus

produtos, agilizando suas agências, fortalecendo sua posição no mercado financeiro.

Tudo isso para prestar um serviço de maior qualidade a você e sua empresa.

Afinal, você não saiu de onde estava. Você continua querendo um banco ágil, dinâmico, eficiente.

Quem tinha que mudar era o Banerj.

BANERJ

O Coração Verde do Rio.

Eleições no Cofecon e a questão da Representatividade

No final do mês de novembro, após o encerramento do XII Simpósio Nacional dos Conselhos Regionais de Economia realizado na cidade de Goiânia, foi eleito o novo terço do Conselho Federal de Economia (COFECON), além do preenchimento de vagas abertas em terços anteriores, resultando na eleição de 5 novos membros efetivos e 6 suplentes para cumprir mandatos por períodos variando entre 1 e 3 anos.

O CORECON-RJ, reafirmando uma vez mais o seu compromisso com o Movimento de Renovação e a sua luta em prol da unificação das entidades representativas dos profissionais de economia, indicou como seus candidatos a conselheiros efetivos os colegas Carlos Alberto Cosenza e Carlos Lessa, identificados com este Movimento desde a sua origem os quais tiveram seus nomes confirmados pela Assembléia de Delegados responsável pela condução do processo eleitoral.

Cumprir destacar que a importância política destas eleições residiu na expressiva vitória dos candidatos oriundos do Movimento de Renovação de seus Estados, conferindo-lhes, portanto, a representação majoritária e a preservação das práticas progressistas e renovadoras que vem caracterizando a atuação da entidade nos últimos anos, apesar da presença de forças conservadoras que ameaçam, permanentemente, a consolidação dos avanços e conquistas obtidos pelo Movimento de Renovação.

Uma destas conquistas, ainda por se efetivar, diz respeito à reformulação dos critérios e dispositivos de elegibilidade do próprio COFECON, cujo sistema hoje em vigor, de natureza nitidamente corporativista e excludente, vem dificultando uma adequada identificação e sintonia entre os propósitos da entidade e o conjunto dos economistas.

Este fato remete à questão da representatividade, justo no momento em que o COFECON, dinamizado política e ideologicamente pelo Movimento de Renovação, intensifica suas críticas ao caráter autoritário e recessivo dos recentes planos de estabilização econômica, ao mesmo tempo em que estimula e apóia discussões de projetos econômicos alternativos.

Assim, o presente texto tem por objetivo proporcionar uma visão crítica sobre os procedimentos eleitorais vigentes no COFECON, relacionando-os diretamente com a questão da representatividade, e permitir aos econo-

mistas, através de informações atualizadas relativas aos encaminhamentos já determinados, acompanhar, participar e cobrar, de maneira efetiva, as mudanças julgadas mais convenientes e satisfatórias para o conjunto da categoria.

A eleição dos conselheiros do COFECON, que se sucede a cada ano para a renovação do respectivo terço, tem como característica marcante a escassa participação efetiva do conjunto dos economistas o que, por conseguinte, contribui para enfraquecer de modo substancial o grau de representatividade dos membros eleitos, em que pese ser o processo eleitoral executado estritamente em consonância à legislação em vigor (Lei nº 6537 de 19.06.78).

Os conselheiros são, de fato, eleitos por uma Assembléia de Delegados Eleitorais composta de um representante de cada um dos Conselhos Regionais de Economia os quais, por sua vez, são eleitos de forma direta pelos associados de suas respectivas bases regionais quando da renovação dos terços estaduais, onde são considerados eleitores os economistas registrados e quites com as suas anuidades.

Ocorre que pela legislação vigente, cada Delegado Eleitor leva para as eleições do COFECON uma quantidade de votos proporcional (tão somente) ao número de associados de suas respectivas regionais aptos ao exercício do voto, conforme descrição dos critérios a seguir:

- a) "até o limite de 2.000 associados no pleno gozo de seus direitos estatutários, pertencente ao quadro do respectivo Conselho Regional, 1 (um) voto para cada grupo de 100 (cem) associados, desprezadas as frações menores de 50 (cinquenta);
- b) de 2.001 (dois mil e um) associados em diante, mais 1 (um) voto para cada grupo de 200 (duzentos) associados, nas mesmas condições da alínea anterior, desprezadas as frações menores de 100 (cem)".

Quer dizer que neste tipo de eleição vale infinitamente mais o "estoque" de filiados aos Conselhos Regionais (supostamente proporcional à população e/ou ao número de faculdades de economia existentes) que a representatividade de cada Conselho obtida nas eleições regionais para a renovação dos terços e simultânea eleição dos Delegados Eleitores.

Por exemplo, se um determinado Conselho Regional possui 10.000 associados em condições de exercer o direito de voto e elege seu novo terço e respectivo Delegado Eleitor com apenas 100 votos (1%), ao passo que um outro Conselho Regional com 2.000 filiados, nas mesmas condições, obtenha um grau de participação em suas eleições de 1.800 votantes (90%), este fato em nada influenciará na eleição do terço do COFECON. Ou seja, o Delegado Eleitor componente da chapa eleita com 1% dos votos de sua regional levaria para a Assembléia de Delegados Eleitores 60 votos, de acordo com as regras mencionadas anteriormente, enquanto que o outro Delegado Eleitor mesmo eleito com 90% de sua base regional levaria, apenas, os 20 votos proporcional ao tamanho físico de sua base, independentemente do expressivo índice de representatividade obtido junto à categoria.

Isto significa, em última análise, que o processo eleitoral relativo à renovação do COFECON (a cada ano, um terço) tem privilegiado sobremaneira o aspecto quantitativo dos economistas filiados a suas respectivas regionais, indiferente à qualidade de atuação, capacidade de mobilização e grau de representatividade dos Conselhos Regionais conquistado democraticamente nas urnas através de eleições livres e diretas.

Seguindo esta linha de raciocínio, não há dúvidas, a nosso ver, quanto ao fato de que a acomodação a um modelo pouco estimulante em termos de mobilização e representatividade no processo eleitoral do órgão máximo de deliberação da categoria - o COFECON - constitui-se num dos elementos chave para

se compreender o pequeno peso relativo dos CORECON's e do próprio COFECON no cenário político-institucional a nível nacional e regional, comparativamente a outras entidades constitutivas da sociedade civil organizada, tais como OAB, ABI, CNBB, etc...

Compreendendo esta inequívoca realidade e preocupado com os efeitos perversos resultantes de práticas políticas anacrônicas em termos de participação e representatividade, o próprio COFECON acolheu, com elevado espírito democrático, a discussão do chamado "Projeto Passos" proposta no XII SINCE pelo economista paranaense, e ex-conselheiro do COFECON, Carlos Artur Kruger Passos, cuja essência é justamente, a de prover as entidades de instâncias modernas de representação, dotá-las de maior capacidade de mobilização, e permitir que as ações e lutas desencadeadas por suas lideranças transitem ágil e livremente dentro da categoria e obtenham a desejada ressonância social por meio de um amplo processo participativo na condução das políticas das entidades.

Neste sentido, e cumprindo deliberação da Plenária de encerramento do XII SINCE, o COFECON criou uma Comissão de 6 (seis) membros com o objetivo de formular, até o final do mês de março próximo, um projeto para a modificação do processo eleitoral já no próximo pleito, não obstante a demora prevista para promover os necessários ajustes operacionais e legais, bem como obter a aprovação dos CORECON's (após consultas e discussões com seus associados) inaugurando, desta forma, um ciclo de mudanças estruturais imprescindíveis para o fortalecimento e Unificação do Movimento das Entidades dos Economistas.

FACULDADES INTEGRADAS CANDIDO MENDES - IPANEMA CENTRO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS

CURSO INTENSIVO TEORIA ECONÔMICA

Uma proposta ampla, séria e mais eficiente.

OBJETIVOS

- Reciclar profissionais que desempenhem atividades ligadas ao tema.
- Preparar interessados em prestar exame de seleção para cursos de mestrado em economia (ANPEC).

Março a outubro de 1991 - 760 horas/aula.

Sessões de exercícios e provas simuladas aos sábados.

Inscrições de 04 a 12 de março, das 8:00 às 21:00h, na Vice-Direção Acadêmica (andar G-2) R. Joana Angélica, 63 Ipanema 22420 RJ
Tel.: (021) 267-7141 r. 108 ou 112

DISCIPLINAS/PROFESSORES

Microeconomia	- Tânia Petersen Corrêa Reis
Macroeconomia	- Marco Antonio de Paulo Maciel
Matemática	- Romeu Costa Ribeiro Bastos
Estatística	- José Magalhães da Costa
Economia Brasileira	- José Menezes da Gama Malcher

GRUPOS TEMÁTICOS

Dando prosseguimento à integração programática das três entidades representativas dos economistas no ERJ, CORECON, IERJ e o SINDECON iniciaram ainda no segundo semestre/90 um conjunto de atividades em que se concretizam as metas de unificação expostas pelo senhor Presidente daquela entidade sindical, na cerimônia de posse conjunta das novas diretorias eleitas.

Entre essas atividades decidiu-se constituir foros permanentes de discussão de temas estratégicos, com vista à consolidação de um programa econômico de natureza suprapartidária, que promova a mobilização da categoria e sua articulação com o debate nacional em curso.

Foram selecionadas, preliminarmente, dez áreas temáticas que, entre outras, incluem a questão agrária brasileira e diretrizes para a recuperação da economia fluminense. O esforço inicial de mobilização se concentrou na montagem de uma agenda de trabalho - tópicos e organização do debate - para o tema Política Industrial e Política de Ciência e Tecnologia.

A reunião desse GT contou com numerosa e diversificada presença de economistas de variada precedência institucional, na sede do CORECON-RJ em 22 de janeiro passado.

Representantes das diretorias das três entidades incumbiram-se de registrar as preocupações expressas e decidiu-se ordenar os desdobramentos futuros na seguinte sequência:

De início, a ata da reunião irá circular entre os presentes e serão recolhidas as sugestões que virão compor a ementa e a lista de convidados para a realização de um seminário sobre o tema, ainda neste primeiro semestre.

A seguir as reuniões, bem como a topificação final do termo de referência para os debates futuros e o seminário, serão preferencialmente preparadas de forma que os eventos priorizem a participação dos colegas em exercício profissional correlato e possam até se realizar no próprio local de trabalho dos economistas interessados.

A participação poderá ser confirmada e informações adicionais obtidas, mediante contato com a sede das três entidades.

O autoritarismo político e o Projeto Liberal

Concluimos nesta edição do INFORME CORECON a segunda parte da entrevista com José Luís Fiori, este eminente cientista político, que arremata suas considerações anteriores sobre o fenômeno eleitoral Collor, analisa os possíveis desdobramentos do Governo e das classes trabalhadoras, empresariais e políticas e emite opiniões bastante esclarecedoras sobre a possibilidade da formulação de um pacto social, à luz das experiências conhecidas dessa natureza que ocorreram em outros países.

Lembramos que os interessados em obter a entrevista na íntegra podem adquirir a edição do INFORME nº 28 (contendo a primeira parte) na sede do CORECON/RJ, na Av. Rio Branco, 109/19º andar.

P – A elite passou um cheque em branco ao Collor?

R – Vamos por partes. Eu acho primeiro que as nossas elites, ou pelo menos a sua grande maioria, que basicamente é concentrada no centro-sul do país, não passou cheque em branco para o Collor. Ela foi sendo progressivamente constrangida a apoiar o Collor. Com o processo eleitoral já em andamento, em 1988/89, claramente as nossas elites do centro-sul tentaram várias alternativas, se aproximaram de várias e namoraram com o senhor Afif, namoraram com o senhor Covas e todos tentaram propor um contrato de casamento com choques capitalistas e várias outras propostas que tentassem atraí-los. Pois bem, a polarização que foi se caracterizando com o passar da campanha entre o senhor Collor de um lado e os senhores Brizola e Lula do outro, foi configurando uma situação de inevitabilidades e isso favoreceu ao Collor manter a posição que ele trazia para a grande massa da opinião pública que via nele um “Quixote incorruptível”, no limite, inclusive, considerando como corrupção qualquer aproximação da classe política ou do empresariado. Tudo isso virou sinônimo de perversidade, quando na verdade não era nada mais nada menos que peças imovidas essenciais ao jogo democrático, porém, a grande massa que dava a ele 40% no Ibope, desde que ele estourou, provavelmente, estava muito mais movida na sua adesão pelo “Quixotismo” antipolítico, anticompromissos, antiempresarial do senhor Collor do que ele poderia ganhar estabelecendo previamente um acordo com as elites empresariais e políticas no sentido de montar um projeto, mais ou menos concertado e politicamente engatado com os interesses deste país. Para as elites, quanto mais cresceu o Brizola e o Lula já não tinha nenhuma opção. Isso foi uma extraordinária vantagem para o senhor Collor porque no momento onde talvez ele tivesse que infletir na direção de algum tipo maior de negociação escalaram na opinião pública Lula e Brizola, o que deu por encerrada qualquer necessidade de negociação, não sei se é verdade ou é uma anedota, mas o que dizem e é extremamente possível que o presidente tenha reiterado já em várias conversas posteriores à sua eleição: “o que eu devia aos senhores eu já fiz e com sobras eu impedi que o senhor Lula fosse Presidente da República, por-

tanto não me peçam mais do que isto, já estamos zerados na nossa troca.” Agora, eu acho que tem um problema mais complicado que é o depois de eleito, já no exercício da Presidência da República a forma em que ele montou o seu Governo e a forma em que ele conduziu sua estratégia política nesse primeiro ano. Ele manteve nos seus primeiros movimentos, na construção da própria equipe do Governo, no desenho da sua política econômica e de reformas institucionais que ele está propondo e está implementando, evidentemente, que ele manteve a mesma postura anterior isto é: o máximo de distanciamento possível de tudo aquilo que pudesse ser visto como lobby de interesses corporativos ou regionais que pudessem influenciá-lo e romper a imagem incorruptível de um presidente olímpico. Não é por acaso, que neste primeiro ano de Governo, as caracterizações que vários fizeram do estilo do Presidente Collor, seja como Presidente olímpico, seja como Presidente imperial, Bonapartista e essa coisa toda tentando dar conta desse estilo que ele impôs. Agora, tem uma coisa mais complicada do que o simples estilo

“A grande maioria de nossas elites do centro-sul não passou um cheque em branco ao Collor, mas foi sendo constrangida progressivamente a apoiar o seu discurso de campanha”.

que o Presidente Collor caminha, vóia, nada. Eu acho que tem uma opção, não é apenas um problema de imagem, não é apenas um problema de manter fidelidade ao que o conjunto da opinião pública espera dele como uma figura inegociável. Eu acho que a partir daí existe uma opção de encaminhamento estratégico da política de reformas de ajuste macroeconômicos e de reformas liberalizantes que é onde as coisas comecem a se complicar e anunciam esse impasse que se corporifica.

P – Qual é a estratégia de implementação do Projeto Collor?

R – Eu acho que, digamos os europeus que já convivem com experiência de ajuste e liberalização há uma década, uma década e meia refletindo sobre a sua história, ten-

dem a caracterizar ou dicotomizar os caminhos possíveis de implementação de suas estratégias políticas. Aqui no Brasil, já várias pessoas falaram que a opção que o Governo fez não foi uma opção de concertação, mas foi uma opção por disciplinamento pelo mercado. Eu acho isso um eufemismo profundamente equivocado, porque não é um disciplinamento pelo mercado, a opção é um disciplinamento do mercado e nesse sentido os europeus têm mais clareza quando eles dizem que mesmo que seja um projeto de âmbito de ajuste ortodoxo e de liberalização há dois encaminhamentos possíveis: um encaminhamento possível é o que classicamente se considera seguido pela Espanha, que eles chamam por concertação, por pactação e outro encaminhamento que é o que alguns autores europeus – um italiano Salvatti chama diretamente de encaminhamento por regulação, por decreto – e outros mais diretos vão ao grão e chamam de encaminhamento autoritário. O encaminhamento autoritário clássico da política econômica não é incompatível com instituições democráticas, não necessariamente, este encaminhamento autoritário da mesma estratégia de ajuste e reformas liberalizantes tem um caso clássico de encaminhamento democrático, do ponto de vista político, da manutenção e respeito às instituições democráticas que se chama Inglaterra, da senhora Thatcher e sabidamente tem um encaminhamento clássico já hoje de estilo autoritário também no manejo das instituições políticas que é o caso chileno do senhor Pinochet. Agora, o que há de essencial nesse sentido é a citação de um autor inglês C. Crouch, onde ele um pouco tenta caracterizar a natureza da via autoritária de implementação do ajuste ortodoxo e das reformas liberais. Ele diz: “O objetivo essencial dessa estratégia foi permitir ao Estado descomprometer-se da estreita colaboração com os representantes organizados do capital e o que é mais importante, do trabalho, limitando-se o papel do Governo à definição do quadro geral monetário e fiscal enquanto confiou em todo tempo em que o alto nível do desemprego provocado pela restrição monetária e a restrição ante uma evolução descrente da demanda, acabasse por infletir a inflação debilitando o poder dos trabalhadores como grupo organizado”. E a minha hipótese é que seja pela própria dinâmica inercial do que já vinha da campanha, seja por uma opção consciente, tanto a equipe econômica desse governo quanto a condução política do Presidente Collor, porque foi praticamente pessoal até novembro, não foi uma opção pela via da pactação e sim foi uma opção pelo que os europeus chamam a via do decreto. Aqui seria a via da medida provisória, ou o que mais radicalmente chamam a via autoritária, não no sentido do des-

respeito às instituições democráticas, mas autoritária no sentido da forma de implementação da política econômica. Eu acho que essa é a opção central que foi feita por esse Governo e ela reúne coesamente, por isso é muito difícil de pensar em separá-los, a equipe econômica com a sua visão extremamente tecnocrática e autoritária do processo e da possibilidade de estabilizar e reformar essa economia e o caminho aberto que o Presidente viu logo na sua posse para encaminhar as reformas segundo esta estratégia. Vocês perguntarão: Como isto foi viável? Eu acho que isto foi viável até outubro/novembro e nós estamos neste momento num momento extremamente complicado, porque esta estratégia está em xeque.

P – Por que esta estratégia foi possível e teve um relativo e às vezes estrondoso sucesso nos primeiros meses de Governo?

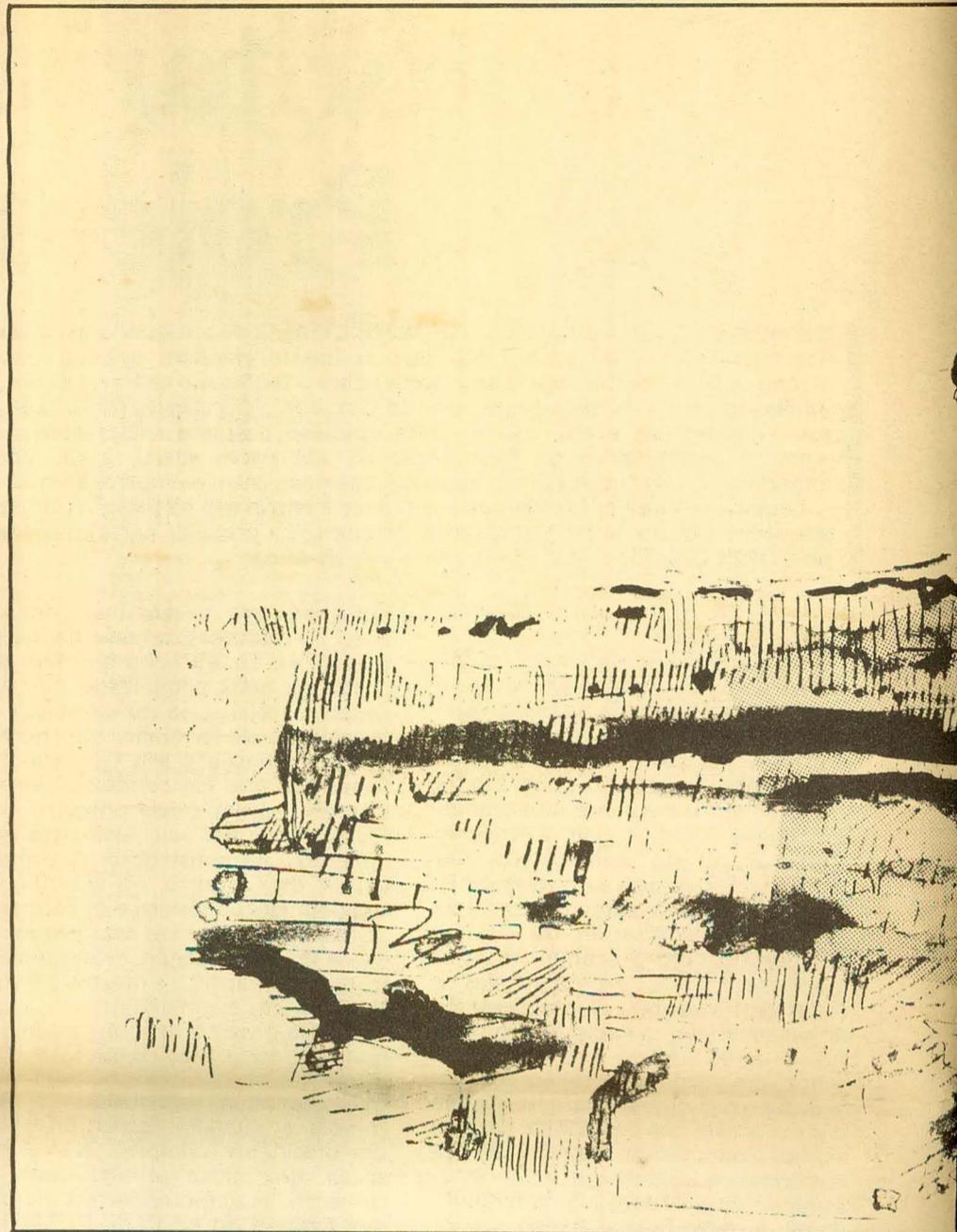
R – Ela foi possível do ponto de vista político, no meu entender, exatamente porque após um esgotante processo de sucessão presidencial e o extremamente esgotante processo de convivência com a Nova República este país estava à porta da hiperinflação, do ponto de vista econômico, e havia dissolvido, desmoralizado praticamente todas as instâncias de poder que poderiam articular posições de sustentação orgânica ao Presidente Collor ou de uma oposição orgânica ao Presidente Collor. Vejam vocês, na entrada de 1990, os governadores classicamente por uma instância de articulação política neste país, para bem ou para mal, porque em parte a construção das forças políticas nasce das regiões dos estados neste país e esses governadores entraram em 1990 em estado de extraordinária desmoralização. Desmoralização, às vezes, sem razão por fracasso de seu Governo por falta de recursos, mas sobretudo desmoralização por seu comportamento errático do ponto de vista da condução política durante a Nova República, pois foram eles que deram cinco anos de mandato ao senhor Sarney, foram eles que derrubaram o senhor Dilsen Funaro, quer dizer, eles foram de um lado para o outro erraticamente, um pouco segundo a opinião pública, vendendo-se ao preço mais barato de ocasião, ou seja, em troca de recurso para poder tocar os seus governos regionais. De tal maneira que foram devidamente punidos na entrada de 1990, se vocês recordam, não havia um só governador neste país, tirando eu acho o senhor Alvaro Dias, no Paraná, com algum apoio. O senhor Quercia, se não me equivoco, aumentou o seu apoio no transcurso de 1990, não tenho bem clareza, porém em que níveis de apoio ele estava na entrada de 1990? Então, os governadores fora. Vocês recordam que no final de 1989 e no processo de sucessão presidencial, os dois partidos centrais que

sustentaram a transição democrática tinham implodido. O PFL havia implodido na briga entre o senhor Antonio Carlos Magalhães e o senhor Marco Maciel e o PMDB havia implodido com a cisão dos tucanos. Então, o PT tinha 15 deputados e o Governador Brizola e o PDT deveriam ter vinte e poucos, quer dizer, o quadro político partidário no país estava em franco processo de decomposição e mais do que isso, em ano eleitoral as várias lideranças partidárias dedicavam mais tempo tanto a pensar na sua reprodução, na sua reeleição quanto a captar novos membros recolhendo os naufragos das siglas que, aparentemente, implodiam a começar pelo PMDB que parecia nesta época, e para muitos fadado ao desaparecimento e era um grande fornecedor para ampliação fácil de bancadas alheias. Então, é um ano onde a reeleição, a decomposição dos principais partidos, a briga interna para conquista de novos militantes qualificados ou de novos deputados fragilizou os partidos como qualquer possibilidade de resistência e o Congresso, no último ano de mandato, idem. Os sindicatos, a mesma coisa, os sindicatos com a desindefinição dos salários feita com objetivos de política macroeconômica teve no meu entender também um efeito de implosão das duas centrais sindicais que mal levavam dez anos de nascimento e ainda engatinhavam sobre as cinzas do sindicalismo corporativo e que conseguiam manter uma tênue unidade nacional na medida em que dentro da sua bural heterogeneidade havia uma coisa que os unia que era o índice básico de correção. No momento em que você tirou esse índice básico de cor-

“No governo Collor não está havendo um disciplinamento, ao estilo neoliberal, pelo mercado; a opção, na realidade, tem sido um disciplinamento do mercado”

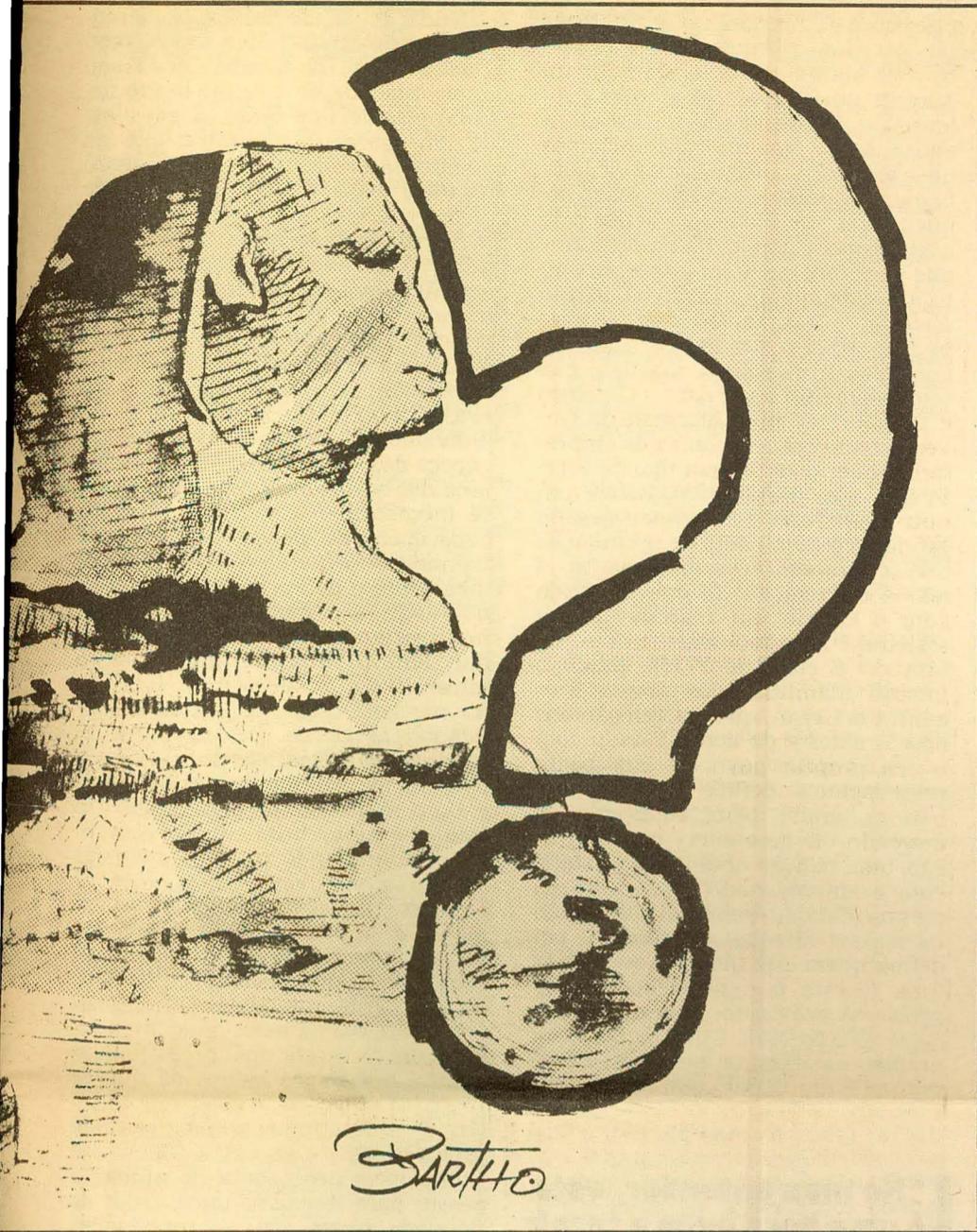
reção o João virou João, o Antônio virou Antônio, nordestino virou nordestino, gaúcho virou gaúcho, ABC virou ABC e a heterogeneidade salarial ficou nua, portanto, um desafio brutal para os sindicatos conseguirem recuperar, repensar e se reconstruir numa sociedade de tamanha desigualdade e tamanha heterogeneidade. A Igreja também passou o ano de 1990 enfrentando um avanço pesado dos conservadores e os militares, do ponto de vista ideológico, estão no meu entender absolutamente tão confusos como o resto do país, isto é, a massa crítica dos intelectuais situados em todo e qualquer partido você não teve nada. O que o Presidente anunciou que seria uma perplexidade da esquerda e da direita de fato ocorreu. O próprio desenho da política econômica e do projeto deixou divididos praticamente todos os intelectuais e predominantemente os economistas sem que no ano de 1990 se conseguisse ouvir uma crítica consistente, sólida e geradora de alguma alternativa. Eu não tenho conhecimento de nenhuma. Vi críticas pontuais e um esforço pontual de alguns intelectuais na tentativa de compreender o que estava se passan-

do e de tentar, pelo menos, saber o que que era e para onde ia, mesmo que não dispusesse de alguma alternativa. Portanto, o Presidente Collor, mesmo que não quisesse, encontrou em 1990, um espaço do ponto de vista político e ideológico passivo, e avançou fazendo uso de um instrumento que a Constituição de 88 criou e perfeitamente legal, ainda que possa ter abusado, mas isso não estava caracterizado na Constituição. O que eu acho que é a questão central de tudo isso é que esta opção que consagrou essa equipe econômica, se essa foi a estratégia do Presidente Collor, do ponto de vista da equipe econômica, a forma em que ele concebeu o plano e sobretudo a forma que ele aderiu progressivamente a uma solução rigorosamente ortodoxa, a partir de junho de 1990 e a forma pela qual, a partir de então, a equipe econômica começou a acusar a sociedade de não compreender o projeto e os empresários de traírem o projeto é uma coisa que, evidentemente, se enquadra na lógica da opção autoritária, da opção por decreto, como chama o Salvatti, perfeitamente, não cabe neste espaço pacto. Houve uma brincadeira de pacto no momento que a inflação reapareceu em julho e outra na véspera da eleição, por razões óbvias. Agora, eventualmente, os resultados da eleição podem dar a essa perspectiva de pacto uma outra vitalidade, mas naquele momento, no meu entender, a chamada ao pacto cumpriu uma função puramente tática para contornar um problema agudo, mas a opção fundamental feita por esse Governo, pela equipe econômica e pela condução política do Presidente da República não tem nada a ver 1990 com a possibilidade de pacto. Não cabe pacto dentro disso. Essa condução, essa opção por uma estratégia por decreto ou autoritário não quer dizer que todos os passos tenham sido dados de forma consistente, estrategicamente organizado. Não. Pelo contrário, como todo mundo já hoje percebe é que as medidas modernizantes de longo prazo e que inevitavelmente terão que passar pelo Congresso em algum momento, porque implicam em reformas institucionais, algumas bastante profundas e complicadas, foram sendo precipitadas em nome da luta antiinflacionária que passou a ser o objetivo primeiro, central e único. Eu acho que isso acontecia não apenas por um amplo consenso nacional anti-inflacionário que vai se criando já de algum tempo, mas a própria viabilidade da prolongação no tempo dessa opção autoritária supunha que a vitória na luta contra a inflação, o equacionamento da dívida externa lastreassem uma base parlamentar sólida. O problema é que nenhuma dessas condições se deu. A vitória da oposição no segundo turno de governadores não é necessariamente perversa e pode ser talvez a grande tábua de salvação daqui para frente, mas de qualquer maneira, para a manutenção da opção da via por decreto ou da via autoritária era inevitável ganhar e não ganhou, ou pelo menos, teve uma vitória que ficou sumamente fragilizada e que dificultará enormemente a composição de uma base de sustentação parlamentar que seja coesa e incondicional. Em primeiro lugar, porque ela pertence a muitos retalhos distintos e em segundo lugar, o Presidente optou pela tática de



não se envolver, então, nesse sentido, ninguém lhe deve muito e a sua tática tinha um lado inteligente: era não “clivar” a eleição plebiscitariamente e deixar que a vitória conservadora ocorresse, mansamente, pela própria forma de localismo, só que isto foi uma tática inteligente para ganhar, mas certamente lhe aumenta as dificuldades para depois consolidar essa vitória, pois praticamente ninguém considera que lhe dera nada, e sim devem a seus governadores e como a estratégia da política econômica pela via autoritária, digamos, atropelará – ou por qualquer via – de imediato os governos municipais e estaduais é muito provável que a sua própria base conservadora reaja mais sensível à sua base eleitoral do que propriamente ao messianismo liberal e mercadológico do Presidente Collor. Então, isso cria realmente um quadro que eu caracterizaria no mês de dezembro, como sendo de um impasse político da razão tecnocrática e da condução autoritária é nesse ponto que nós estamos. E um projeto que está sendo questionado pelo empresariado, está sendo questionado pelos sindicatos, está sendo questionado pela Igreja e começa a ser questionado, de forma pontual e corporativa, por certos setores das Forças Armadas e é de se esperar que frente a essa expansão do questionamento em cima de um processo recessivo pesado, os deputados reajam não em nome do longo prazo da promessa liberal da vitória do mercado, sendo mais provável que reajam

a curto prazo das pressões dos seus eleitores dessas macro-instituições, o que cria um quadro de relacionamento entre o executivo e o legislativo, a partir da próxima legislatura, extremamente tenso. O estreitamento do caminho para o encaminhamento autoritário parece indiscutível, mas o que eu acho é que também está havendo um estreitamento para o encaminhamento do projeto liberal, por qualquer via que seja, essa é uma coisa mais complicada, não é apenas “bom, não vamos mais pela via autoritária, então vamos pela via pactável” veremos que isso não é tão fácil. E todas as premissas já foram desenhadas na direção autoritária ou por decreto, nós abusamos de autoritarismo político, que já não é o caso, mas enfim, a expressão não é minha. Agora, este estrangulamento por onde vai acontecendo? Ele vai acontecendo porque em primeiro lugar foi gerando reações crescentes, sobretudo, de quem mais interessa, que é o empresariado, pois veja o absurdo da história: para encaminhar esta estratégia, na forma em que estava desenhada, não só você precisava de maioria absoluta do Congresso, maioria política, sólida, como também o seu principal aliado, com quem você tem que fazer a concertação, são os empresários! Isso já a Tachter custou a conseguir porque os empresários também resistiram junto com os sindicatos, mas finalmente logrou que os empresários ingleses assumissem a função de arrochar a massa salarial, esse é o



jogo! Deixemos de conversa, em todo lugar, não é só isso, mas isso é uma peça decisiva nessa fase. Então, neste momento de "trapalhada", depois da coisa eleitoral, o que que você percebe? Você percebe que o Governo, que a demais de tudo está fazendo as alianças erradas, está atacando violentamente os empresários, em nome daquele paradigma do empresário schumpeteriano, hoje em dia, japonês, e tenta fazer uma aliança com os sindicatos. Duplo erro, na ótica deles: primeiro, porque os sindicatos com quem eles estão se aliando ou estão tentando fazer uma aliança são exatamente os sindicatos de resultados. Todo discurso do Governo, as movidas pessoais do Presidente da República que vai visitar o senhor Medeiros são até extremamente elogiosas num país onde os trabalhadores sempre foram cuspidos de todas as reuniões e de todas as decisões, mas na ótica deles é uma aliança trocada. Eles estão fazendo um ajuste ortodoxo pela via recessiva e na perspectiva de uma liberalização dessa economia e portanto seus aliados nesse projeto só podem ser o seu suporte na maioria sólida, política e o seu aliado principal, os empresários, para que implementem pela via do mercado, a política necessária em termos de controle da demanda, pois se não é isso, não sou economista, mas enfim, é tão simples o receituário, em todo lugar isso é igual, em todo lugar se aplicou a mesma estória e ademais uma aliança com os sindicatos cuja grande

força vem de ter sido sindicatos que conseguem repor os seus salários acompanhando a inflação, portanto são sindicatos que eles consideram pró-inflação. Então, está tudo trocado no encaminhamento das alianças que esse Governo vem tentando e eu acho que isso ficou magnificado neste momento, em que nós estamos olhando o resultado e a reconformação das forças a partir do processo eleitoral, o avanço que, provavelmente, com imensas dificuldades desse processo de pacto e o avanço da negociação da dívida externa, são três pontos que nós estamos atravessando daqui até março, da maior complexidade que podem não convergir, aliás podem nem chegar à outra margem. Eu volto à idéia de que esteja havendo não apenas um estrangulamento e que esteja sendo construída uma barragem de oposição à via impositiva, mas também esteja havendo um estrangulamento, uma diminuição do espaço de avanço do projeto liberal de consenso. Eu acho que ele está acontecendo pelos três lados: ele está acontecendo em primeiro lugar pela reação empresarial, em segundo pela retomada da inflação e em terceiro pela situação internacional que dificulta a integração da economia brasileira. Em março o Governo, inevitavelmente, no meu entender, terá que fazer uma mudança de estratégia. Está crescendo cada vez mais essa idéia de pacto, pactação, é uma coisa que se pode dizer que há um enorme consenso, até porque na linha de enfrentamen-

to atual se estão estrangulados os trabalhadores e empresários, também se acaba estrangulando o próprio Estado, pela via fiscal e ainda acaba sendo estrangulado o Governo pela possibilidade que o Congresso tem de chantagear com a questão do Plebiscito. Então, hoje, o avançar destemidamente, custe o que custar, por cima da terra arrasada, abrindo passo para o avanço de um darwinismo que recompõe esta economia já tem horizontes claros na possibilidade de o Congresso ir à luta. Por tudo isto existe um clima favorável à idéia do pacto e eu acho que há vários fatores e forças, positivamente, empurrando nessa direção. Em primeiro lugar, uma maioria da elite está ficando pró-pacto, algum pacto, algum tipo de política concertada. Em segundo lugar, eu diria que, paradoxalmente, o próprio resultado eleitoral, porque se o resultado eleitoral não foi favorável à condução autoritária do Presidente Collor, talvez seja favorável a algum tipo de pactação política e por quê? Porque a despeito de que as eleições parlamentares tenham sido movidas por uma lógica predominantemente localista, provinciana, as eleições para governadores, ao final, acabaram desenhando um mapa geopolítico do país que passa a ter não mais que duas a três lideranças fortes e isso eu acho um enorme avanço do ponto de vista político. Então, se o senhor Collor nessas eleições não saiu vitorioso, saiu vitorioso o quadro geopolítico do Brasil. Hoje, você tem três polos de poder neste país e acabou-se o assunto: um se chama o Presidente Collor, outro se chama o Governador Brizola e outro se chama o Governador Orestes Quéricia. Eu considero tanto o Governador Quéricia, quanto o Governador Brizola como figuras moderadoras neste diálogo triangular; acho que os dois têm uma virtude a mais no sentido de encaminhar a concertação. Um tradicionalmente nacionalista e outro, o Governador Orestes Quéricia, eu diria, um desenvolvimentista pós-moderno, mas um homem sensível à questão nacional. Então, evidentemente, que entre um polo liberal radical e um polo desenvolvimentista **aggiornato** e um polo nacionalista, que espero também se **aggiorne**, é possível você buscar o caminho deste país, uma vez que fique claro e consciente para todo mundo que as duas alternativas limites em questão estão fora de possibilidade, seja uma solução radicalmente liberal e aventureira, eu acho que cada vez há mais consciência de que ela seria desastrosa para o país, seja um retorno à velha estratégia de fuga para frente desenvolvimentista que fica inviabilizada com o Estado fragilizado financeiramente e com um estrangulamento do financiamento externo. O discurso presidencial da modernização, do combate ao protecionismo que alguém já chamou de frívolo, ao cartorialismo irresponsável, a abertura gradual da economia, a idéia de competitividade certamente são idéias que provavelmente quase todos subscreverão embaixo. As divergências não estão aí, o problema é como se encaminha isso. Por outro lado, se poderá fazer presente pela voz dessas duas outras grandes forças políticas que, aparentemente vão se desenhando no cenário político nacional, reivindicações e proposições que aglutinam outros interesses e que se não rejeitam a

retórica ampla liberal-conservadora, certamente se opõe ao **timing** da sua implementação e sobretudo se ela implicar numa destruição da base produtiva nacional. Talvez a gente possa, finalmente, levado pela mão dos políticos e não dos tecnocratas, encontrar algum caminho que é o nosso que não será nem o espanhol, porque nós não estamos na Europa, nem o neoliberal inglês, porque não somos império, nem provavelmente mais o velho desenvolvimentismo que foi estrangulado por todos os lados e mostrou as suas dificuldades de prosseguir, economicamente, num enorme déficit, pelo lado social numa extraordinária identificação afetiva com o autoritarismo político o que hoje é rejeitado. Você terá que encontrar então, algo, quer dizer, eu acho que é uma hora de desafio à criatividade, é uma obra extremamente rica deste país: se a gente olhar para baixo dá vertigem, nós estamos não só numa crise como estamos em cima de um vulcão; Se você olha para frente vê forças que estão se construindo. Há futuro! Os resultados dessa luta eleitoral apontam na direção de uma cristalização de forças que são perfeitamente compatíveis entre si com a democracia e que portanto podem se alternar no poder sem ameaçar o capitalismo, o mercado, as instituições democráticas o que é fundamental. Não há no horizonte nenhuma força suficientemente vigorosa propondo questionamento da democracia ou questionamento da economia de mercado, mas sim há duas ou três forças cada vez mais vigorosas questionando um liberalismo fundamentalista absolutamente apressado e inadequado para as nossas condições.

“A multiplicidade de pactos, em geral, acompanha Governos fracos, mas o nosso problema nesse momento é de um Estado fraco”

— E nesta conjuntura política como o senhor vê a questão do pacto?

R — Até chegar-se ao pacto possível de março eu acho que há alguns esclarecimentos e discussões preliminares que são fundamentais. Em primeiro lugar, eu acho que evidentemente todo mundo que estuda esse assunto sabe que há vários tipos de pacto, no que diz respeito ao conteúdo e à forma. Não existe um pacto só, não existe uma forma de pactar só, existiram nas experiências concertadas européias pactos de tipo corporativo, de tipo político, bilateral, trilateral, quadrilateral, quer dizer, na forma, no conteúdo e na destinação do pacto e no momento em que ele se deu há diferenças imensas. Certamente, todo mundo já sabe que a experiência de pactação européia ocorreu em um contexto, tanto a pactação que ocorreu logo depois da segunda guerra mundial, que é de um tipo, quanto as pactações pós-crisis de 73, que são de outro, em geral, em cima de política de rendas só, elas se deram em situações geopolíticas, geoeconômicas-ideológicas muito particulares que certamente não se repetirão aqui. Portanto, a estratégia, digamos, o projeto neoliberal em si não é incompatível com

pactos. Incompatível é o encaminhamento do projeto estratégico pela via autoritária que se fez aqui. Agora, houve encaminhamentos do projeto neoliberal com pactação. O problema é que o tipo de pacto compatível com o projeto neoliberal

“Como você pode fazer uma refundação do Estado sem ter um projeto mínimo de inclusão dessa massa de cidadãos, que são a textura básica da nacionalidade desse país”

foi em geral o pacto em torno de uma política de rendas. Ponto. Preço e salário, sem envolver, em geral, outro aspecto da política econômica, nem de outras formas de renda que não fossem preço e salário. Esses objetivos foram muitas vezes incluídos nos textos dos pactos, mas foram raríssimamente cumpridos. Agora, qual é a avaliação que se faz depois do pacto de política de rendas na Europa? Primeiro é que ele foi eficaz para acharar a massa salarial com a concordância dos trabalhadores. Segunda coisa é que ele foi eficaz para aumentar as margens de lucro perfeitamente definidas, desde o início, como um objetivo de pacto, para aumentar a musculatura e a capacidade de autofinanciamento empresarial. E terceira coisa que todos estão de acordo, que o pacto logrou foi uma flexibilização do mercado de trabalho visando à tal da reestruturação industrial. Em outras palavras, a expansão vertiginosa do desemprego sem aumento de competitividade. A partir do pacto de Moncloa, por exemplo, acho que devia estar em 8%, no final do Governo do Franco deveria estar em 3% o desemprego, mas em 85 estava em 21%! Quer dizer, pacto não impede desemprego, não é por aí. Pelo contrário, o pacto era para flexibilizar o mercado de trabalho, para aumentar a rotatividade da mão-de-obra, para permitir a diminuição de seu custo, para diminuir o ônus social das contribuições dos empresários, tudo voltado para aumentar o lucro dos empresários e esse era o objetivo explícito. Já nessa altura, dá para fazer um pequeno comentário sobre a situação brasileira. Você vê como é uma coisa mais ou menos paradoxal, neste momento, colar a uma política que vinha sendo levada pela via autoritária, um pacto sobre rendas. Ora, o primeiro objetivo era acharar a massa salarial, impossível você acharar mais a massa salarial no Brasil, pois que ela já está no patamar mais baixo da década, creio, como foi mais ou menos em 82, que foi o patamar mais baixo. Segundo lugar, se a idéia era flexibilizar o mercado de trabalho, difícil você flexibilizar um mercado de trabalho mais do que já é o brasileiro, com todas as facilidades em termos de contratação e descontração. E se o terceiro objetivo era aumentar o lucro, não tem sido a proposta do Governo, pois que o Governo está atacando os empresários acentuando que a idéia do pacto é para diminuir o lucro. O que não está sendo dito e que os europeus dizem com todas as letras: não é para diminuir o lucro, é para aumentar o lucro, mas é para

conseguir que os empresários aumentem seus lucros arrojando seus salários e o Estado contribuirá então diminuindo a contribuição fiscal, social e, eventualmente, sempre que possível, com uma política monetária que não deixe os juros na estratosfera. Era esse o tipo de troca. Por isso, nesse momento, o pacto era com os empresários e não triangular com os trabalhadores, porque eles já deram o que tinham que dar. Eu acho que, indo para março, cada vez mais vai estar sendo proposto, consciente ou inconscientemente, não é apenas um pacto em termos de política de rendas cabível num projeto liberal. Não. E aliás, o que os empresários e os trabalhadores, em conjunto, apresentaram em 4 de dezembro de 90, já não é isto. O que é? É um tipo de pacto que a literatura chama, mais proximamente, de neocorporativo ou corporativo e que se assemelha muito mais aos pactos que foram feitos depois da segunda guerra mundial, em alguns países e que ainda se mantém hoje na Suécia, na Áustria, enfim, do que a esses pactos em torno da política de rendas. Por quê? Porque esse tipo de pacto neocorporativo envolve outros aspectos da política econômica; segundo, envolve co-responsabilização dos atores econômicos e políticos; terceiro, em geral, implica na criação de comissões de trabalho e acompanhamento conjunto e estabelece valores prefixados para vários mercados e nesse sentido, nega as premissas mais fundamentais do projeto liberal. Eu acho que uma solução neocorporativa que é para onde os empresários e os trabalhadores estão cada vez mais apontando supõe um outro tipo de pacto que no Brasil está acontecendo um pouco na ordem inversa do modelinho espanhol e italiano, que eu chamaria um pacto de tipo fundacional, que abre as portas, assenta as regras para uma rearticulação dos contratos sociais e os políticos. Isso no meu entender foi Moncloa, isso no meu entender foi o pacto em torno do Governo de salvação nacional na Itália, em 1975, quando os comunistas, pela primeira vez, falaram que “a austeridade é necessária” e os comunistas se aliaram ao Governo de salvação. A multiplicidade de pactos em geral, acompanha Governos fracos, agora, o nosso problema nesse momento não é apenas de Governo fraco ou que ficou fragilizado com os resultados eleitorais e com resistência da sociedade. É um problema de um Estado fraco. É o caso no Brasil de *big government* como eles chamam mas *weak state*. Essa é a questão, ao contrário do Estado japonês, que você tem um pequeno Governo, mas um Estado forte. Aqui, você está exigindo não apenas um pacto auxiliar e subsidiário de um Governo fraco, mas você está pedindo uma espécie de pacto refundacional de um Estado que sofreu uma ruptura que só sofreu igual na década de 30 e no final do século passado. Nós estamos vivendo uma profunda crise do Estado, não é apenas a crise de um Governo fraco. Esse talvez seja o apelo que faça o Collor em março, pode ser. agora neste Governo presenciamos mas forças e tendências na direção dessa pactação, mas acho que esse pacto refundacional tem no mínimo duas grandes dificuldades no Brasil: a primeira é o que em um artigo chamei de “Paradoxo Dorian Gray”, isto é, a relação empresariado - Esta-

do no Brasil, que é absolutamente paradoxal. É impossível você fazer um pacto de refundação do Estado se você mantém esta relação que foi durante uma década de ataque virulento do empresariado ao Estado e agora neste Governo presenciamos uma vingança com o ataque virulento da tecnocracia do empresariado, quer dizer, se isto aqui se trata de capitalismo, é com esses empresários que você fará o seu projeto e portanto não cabem aqui as críticas do tipo ético e outras tantas que sempre frequentaram o discurso da esquerda contra os empresários, mas que não tem cabimento levar para o Governo e transformar num discurso de Governo tecnocrático contra os empresários, quer dizer, algum tipo de acerto com eles é definitivo. E tem um outro paradoxo, e um outro desafio esfingético num pacto de refundação e esse também é dramático e aí já não é da relação do empresariado com o Estado que marcou toda a trajetória desenvolvimentista e sobretudo a crise de 77/78, desde o famoso manifesto dos empresários contra o Geisel, que é a relação das nossas elites e do nosso Estado com o seu próprio povo. Se um pacto refundacional definir certas coisas básicas, muito bem, economia de mercado, democracia, modernização, uma relação orgânica do Estado com o empresariado, pois estão na mesma direção supõe-se que estão na mesma direção, mas implica em definir quem está dentro e quem está fora. E este é o problema. É um problema gravíssimo e é esfingético desse Estado. Um Estado que ficou grande, um gigante, um mongolóide porque é um Estado que nunca teve uma adversidade maior. Uma vez eu dizia isso numa palestra no

“No meu entender, esta é uma hora onde a tarefa dos intelectuais é de ajudar a pensar aonde estão os desafios, quais são as tendências e as alternativas”.

BNDES, o nosso Estado não conseguiu ter um adversário que o vitalizasse e fosse mais forte do que o seu próprio corpo, que foram os escravos, num determinado momento e depois os descendentes dos escravos e os marginais dessa sociedade. Como você pode fazer uma refundação do Estado sem ter um projeto mínimo de inclusão dessa massa de cidadãos que são, no fundo, a textura básica da nacionalidade desse país? Como se faz isso? Certamente não pela via de um projeto liberal que se for levado às suas últimas estâncias esquartejará este país, criando ilhas de prosperidade e jogando para fora da história as ilhas de atraso. É algo distinto que terá que ser pensado, agora, certamente é muito difícil, sobretudo é difícil fazer um pacto refundacional neste momento, onde o povo já está numa situação de extraordinária dificuldade e onde a tua peça imediata é recessiva e a tua movida fundamental, do ponto de vista da refundação do Estado, não é só na relação do Estado com os empresários, mas é na relação das elites com o povo: você tem que colocá-lo para dentro do pacto fundacional econômica, social, culturalmente e politicamente. Eles

são cidadãos. Isso eu acho no meu entender o grande desafio deste momento, que nos desafia a todos como brasileiros, que nos desafia a nós como intelectuais de uma forma muito pesada, porque nós estamos em cima de um momento histórico que no quadro internacional e no quadro nacional essa sim é uma era de incertezas, essa sim é uma conjuntura de burrais incertezas. Então, é um quadro internacional e nacional que acumula uma taxa de incerteza muito maior do que a normal e, evidentemente, que isso é uma coisa que instabiliza expectativas e exaspera a disposição, a emoção das pessoas, exaspera no plano coletivo, no plano individual e exaspera e desmonta a cabeça dos intelectuais. Isso eu acho uma das coisas mais dramáticas nesse momento, é a desmontagem da capacidade de pensar, a perda da vontade de entender, quer dizer, é uma espécie de aposta inconsciente, no fundo, e complacente e inercial na irracionalidade. Os intelectuais que têm o dever, a obrigação, o imperativo ético de pensar, sobretudo, nas horas difíceis, porque pensar quando as coisas são claras, e as fórmulas matemáticas funcionam e os modelos econométricos prevêm é tudo muito simples. O difícil e o trágico é numa hora em que o mundo está mudando de uma maneira absolutamente vertiginosa, você ficar entregue a pessoas que só sabem manejar modelos econométricos, quando a realidade em mutação vulcânica não pode responder por definição a nenhum modelo econométrico. Então, é uma hora, onde, no meu entender, a tarefa dos intelectuais é central e é muito menos de querer oferecer soluções acabadas e trazidas de seus eternos paradigmas que já acabaram - graças a Deus - e muito mais nessa hora de ajudar a pensar para descobrir onde estão os desafios, quais são as tendências. Quaisquer que sejam as alternativas, muito antes de ser contra a coisa liberal, por princípio, que me parece uma besteira se não houver argumentos sólidos, me parece que a tarefa do intelectual é que ele continue tentando dizer com o máximo de realismo para onde isso aponta, quais são as tendências, de onde nós estamos vindo, de onde vem essa crise. E na medida do possível, disseminar ao máximo essa discussão e esse debate. Eu tenho, eu vivo em mim mesmo e sei que entre os meus amigos intelectuais a angústia que nos causa neste momento conviver com a ignorância de uma grande parte do real que nos é inteligível. Mas isso não é razão para que a gente não siga na batalha do dia-a-dia no sentido de expandir a capacidade de conhecimento. Eu acho que nós temos que estar rigorosamente dispostos e termos a suficiente coragem de seguir pensando, custe o que custar, por mais que as incertezas se acumulem a cada vinte e quatro horas que passam. Esse é o nosso imperativo. Eu prefiro isso a ter, por exemplo, a tranquilidade que me daria pensar nos invernos do que já Hegel dizia, que o pássaro de minerva, a coruja, o pássaro da sabedoria só levanta o vôo no anoitecer, mas nesse caso, confesso-lhe preferir a convivência com o desconhecimento, por mais que me angustie, do que esperar o entardecer deste milênio se for para entender a lógica que levou um povo à sua própria destruição.

NOTAS & SERVIÇOS

A Biblioteca Eginardo Pires é um resultado de um convênio entre o CORECON e o IERJ e atende a todos os profissionais registrados, estudantes de economia, associados do IERJ e pessoas de áreas afins, diariamente, no horário de 10 às 17 horas. Ela reúne livros doados ao IERJ pela família Eginardo Pires, livros existentes no CORECON e objetiva proporcionar à classe dos economistas melhores condições de acesso ao conhecimento técnico especializado.

Serviços prestados pela biblioteca: Apoio aos usuários em suas consultas e pesquisas; Empréstimo domiciliar; Localização de publicações existentes em outras bibliotecas; Empréstimo entre bibliotecas.

AQUISIÇÕES EM DESTAQUE

Fórum Nacional: "Idéias para a modernização do Brasil" - 5 vol.

Vários autores e coordenação de João Paulo dos Reis Velloso (Realizado no Rio de Janeiro, de 23 a 25 de novembro de 1988)

Economistas, sociólogos e cientistas políticos representantes de diferentes escolas de pensamento discutem a crise nacional e a problemática da modernização da nossa sociedade. São cobertos temas como a crise e as restrições de curto e longo prazo: inflação, déficit e dívida externa, estratégia industrial e tecnológica, a inserção na economia internacional, mercado de capitais e capitalismo popular, a reforma do Estado brasileiro, modernização política e desenvolvimento.

A Biblioteca já possui os textos preliminares relativos ao Fórum Nacional de 1989 e de 1990.

Made in America: regaining the productive edge. Cambridge, Mass.

MIT Press, 1989. 344 págs. - Michael L. Dertouzos e outros autores.

Apresenta diagnóstico global sobre a performance industrial norte-americana, em que se analisam os procedimentos de capacitação técnica para a produção e desenvolvimento de produtos, a formação de recursos humanos, a cooperação interfirmas, a articulação capital privado - Estado e os canais de integração Universidade-empresa. Examina

de forma detalhada para aquele país: a indústria automobilística, a química, a de aviação comercial, de bens de consumo eletrônicos, de máquinas-ferramentas, a siderúrgica, a têxtil e a de semicondutores, a de máquinas copiadoras e computadores. Compõe ainda um quadro prescritivo de políticas, contemplando "uma visão compartilhada de uma nova América industrial, potencialmente mais produtiva e líder na economia mundial do futuro".

Fabricando melhor as coisas: competição industrial-relatório (EUA. Congresso. Escritório de Avaliação de Tecnologia. Fev 1990. Vol. 2 - Reprodução do original em inglês)

Em interessante tríade de relatórios encomendados pelo Congresso dos EUA, Comissão de especialistas elucida as diferenças de desempenho da economia norte-americana, face à estratégia conduzida com sucesso nos países ditos de "capitalismo organizado". Objetiva análise da importância de uma política industrial ativa, suscita conclusões extremamente valiosas para a condução de políticas na economia periférica contemporânea.

The World competitiveness report 1990. - 10 ed. 329 págs. (IMD INSTITUTE & ECONOMIC FORUM. - Lausanne/Geneve: june 1990)

As duas prestigiosas instituições suíças condensaram neste relatório anual, as informações coletadas junto a uma mostra de 12.000 executivos, constituindo um painel de avaliação do grau de competitividade atingido por 33 países (22 OECD's, 10 NIC's e Hungria), à luz de 300 critérios agrupados nos seguintes fatores: Dinamismo da Economia, Eficiência Industrial, Orientação para o Mercado, Dinamismo Financeiro, Recursos Humanos, Regulação Estatal, Recursos Naturais, Relações Econômicas com o Exterior, Orientação Prospectiva, Estabilidade Sócio-Política.

O Informe CORECON/RJ parabeniza a figura do professor Ignácio de Mourão Rangel pela passagem do seu aniversário e agradece pela contribuição que ele vem prestando não só aos profissionais da sua classe, mas para toda a sociedade.

aprendizagem, a **VIDEOTECA-CORECON** coloca à disposição dos economistas, professores, estudantes, Conselhos Regionais de Economia e de outras categorias, Sindicatos e a todos que interessar, um vasto e diversificado acervo de debates, conferências, documentários, aulas, vídeos-educativos, etc. A **VIDEOTECA** já conta com mais de 175 fitas e os pedidos de empréstimos podem ser feitos na sede do CORECON/RJ. O preço de aquisição é de 50 BTN's por fita e o de locação é de 1,5 BTN por 24 horas ou fração.

VIDEOTECA

de Economia

Organizada dentro dos pressupostos da moderna tecnologia educacional e objetivando estimular e contribuir para a utilização do vídeo no processo de ensino-

BOLSA DE EMPREGO

O CORECON/RJ possui uma relação atualizada de economistas formados com diferentes títulos - especialização, mestrado e doutorado - que estão procurando nova colocação no mercado de trabalho. Se sua equipe necessita de um profissional qualificado, consulte nossa bolsa de empregos. Procure para maiores informações a Sra. Marley ou Sra. Graça na Secord CORECON (Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Tel: 224-0578).

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS 1º SEMESTRE DE 1991

- AVALIAÇÃO DE EMPRESAS
04/03/ a 08/03/91 - 15hs
Instrutores: Miguel Dirceu Fonseca Tavares e Domênico Mandarino

- ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE
11/03 a 21/03/91 - 24hs
Instrutor: Manoel Pedro Côrtes

- ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS
25/03 a 05/04/91 - 30hs
Instrutor: José Francisco Filho

- MATEMÁTICA FINANCEIRA I
15/04 a 19/04/91 - 15hs
Instrutor: José Dutra Vieira Sobrinho

- MATEMÁTICA FINANCEIRA II
06/05 a 10/05/91 - 15hs
Instrutor: José Dutra Vieira Sobrinho

Horário dos cursos - 18:30 horas às 21:30 horas

Informações no CORECON/RJ pelo tel.: 224-0578 com Graça ou Marley

OBS.: Economistas registrados no CORECON e estudantes de economia desconto de 20% nas inscrições com comprovante.

O CORECON VALORIZA O OBJETIVO "DO SEU TRABALHO"

O "Informe CORECON" é lido por mais de 14.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que lhes são oferecidos.

O "Informe CORECON" funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra.

Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do "Informe CORECON" - um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

DADOS TÉCNICOS

tablóide: 35,7cm x 29,3cm

Largura das colunas:
1 coluna 5,9cm
2 colunas 12,5cm
3 colunas 19,0cm
4 colunas 25,6cm

Área útil:
1 página: 31 cm x 25,6cm
2 páginas: 15,5cm x 25,6cm

Material para Publicidade:
fotolito ou arte-final

Impressão: Off-set - 2 cores

LIGUE:
(021) 224-0578 ramal B-3/4

TABELA DE PREÇOS (*)

1 página: 1.600
1/2 página 800
cm/coluna 16
1/4 página 400
(* EM BTN MONETÁRIO)

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

Autorizações, reservas de espaço, e entrega de fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês.
Cancelamento de reserva:
Por escrito, com 72 horas de antecedência.
OBS: Os custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

S/SOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:

- Revistas
- Boletins
- Informativos Periódicos
- Carnês
- Anuidades
- Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma Empresa conceituada no mercado pela sua pontualidade e honradez.

Fale diretamente com Humberto Machado, pelo telefone - 263-7570
Rua do Propósito, 27 - Saúde - RJ

A política industrial brasileira e o primeiro mundo

Fábio Stefano Erber

O CORECON-RJ agradece ao Instituto de Estudo do Setor Público da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - IESP/FUNDAP pela cessão deste artigo, escrito para o seminário "Reestruturação Industrial e Competitividade: A Inserção do Brasil na Economia Mundial", promovido em dezembro de 1990 e que fará parte de um livro a ser proximo publicado pela Fundação.

O Governo Collor, embora eleito sobre uma plataforma de rejeição do passado, parece talvez, inconscientemente, reiterar diversos equívocos deste.

O desenvolvimentismo dos anos cinquenta prometia-nos que o progresso da "base material" da economia seria seguido por igual avanço nas condições sociais. A redentora industrialização nos libertaria das peias da produção primário-exportadora, tornando-nos mais próximos dos países do Primeiro Mundo.

A prática, como sabemos, foi distinta. Tornamo-nos a famosa oitava economia industrial do Ocidente, mas apesar de, por um tempo termos tido também o maior partido político desta banda do mundo, os índices de desenvolvimento social são abismais, conforme atesta o insuspeito Banco Mundial.

Ao desencanto com a industrialização dos anos sessenta, responderam-nos durante um vintênio com a "teoria do bolo": era necessário expandir a base material para então dividi-la de forma mais equitativa. Com a crise dos oitenta, apesar de promessas de "tudo pelo social", prevaleceu a necessidade de, antes de tudo, controlar a inflação. O desenvolvimento social permaneceu restrito, grosso modo, ao terreno da retórica.

Ao mesmo tempo, passou-se a questionar a própria base industrial já alcançada. A indústria brasileira seria pouco competitiva internacionalmente e teria ficado, em boa medida, à margem da Terceira Revolução Industrial pela qual tinham passado os países do Primeiro Mundo e mesmo alguns do nosso Mundo, como a Coreia do Sul.

Questionam-se também os agentes da industrialização - o Estado e a burguesia industrial, tanto nacional como estrangeira, embora aquela mais que esta. O primeiro teria suas práticas eivadas de particularismos e clientelismo e as segundas seriam "cartoriais" e ineficientes, incapazes de absorver, criar e difundir o progresso técnico, mantendo-se devido à proteção contra as importações e uma "cultura inflacionária" que lhes permita repassar aos consumidores seus altos custos, onerados por elevadas margens de lucro.

O Governo Collor elegeu-se prometendo mudar tudo isso, rapidamente. A mudança nos levaria a fazer parte do Primeiro Mundo, realizando assim os anseios do desenvolvimentismo.

A promessa é, obviamente, tentadora. Todos e, especialmente a grande maioria da população brasileira que subsiste em condições que oscilam entre a miséria e a indigência, desejam ter padrões de vida assemelhados aos dos países do Primeiro

Mundo. Não se cogita do avançado Norte - contentamo-nos com o Sul da Europa.

Conforme demonstram diversos estudos (veja-se, p.ex. Jaguaribe et al. 1986), este não é um objetivo fantasioso. Se existir um pacto social adequado, em que as elites brasileiras se disponham a sacrificar parte dos seus privilégios e mediante políticas apropriadas, que envolvem tanto medidas econômicas como sociais, o nível de bem-estar do grosso da população brasileira pode vir a aproximar-se dos níveis prevalecentes no Sul da Europa num período que, embora transcenda um mandato presidencial, é muito curto historicamente.

Infelizmente, o atual Governo ainda não trouxe à luz qualquer proposta nesse sentido. Sua atenção concentra-se no controle da inflação - e com sucesso apenas relativo, à custa de uma drástica redução de salários e da limitação da oferta de serviços sociais básicos.

É permissível conjecturar que esta omissão deva-se às características da equipe governamental encarregada desta área. Alternativamente, pode-se supor que o Governo acredite que, reestabelecida a base material da economia em condições mais estáveis, o próprio crescimento desta leve a melhorias substanciais na situação social do país. Neste último caso, reedita-se o equívoco do desenvolvimento. Se, além disso, imagina-se que os mecanismos de mercado conduzirão a essas melhorias, comete-se um engano do qual os desenvolvimentistas jamais pecaram e que a experiência do Primeiro Mundo não valida.

Enfim, por qualquer razão que seja, a ação do Governo no sentido de conduzir-nos a fazer parte do Primeiro Mundo tem-se restrito à base material da economia, seguindo duas vertentes principais.

Na primeira linha, anuncia-se a intenção de promover uma profunda alteração nos papéis tradicionalmente desempenhados pelo Estado na economia brasileira. Assim, segundo as Diretrizes de Política Industrial e de Comércio Exterior apresentadas em 26 de junho último, pretende-se um Estado cujas responsabilidades principais são a estabilidade macroeconômica, a reconstrução de um ambiente favorável aos investimentos e o reforço do sistema educacional básico e da estrutura de desenvolvimento científico e tecnológico. O fornecimento de bens e serviços básicos (energia, transportes, telecomunicações, insumos industriais como produtos siderúrgicos e petroquímicos, e "outros") será assumido pelo setor privado.

A realizar-se esta visão, teremos no Brasil um Estado minimalista, muito próximo do Estado gendarme

prefigurado pelo modelo liberal de livro-texto. Um Estado radicalmente distinto do que foi-se configurando no país em decorrência das necessidades políticas e econômicas, entre as quais a industrialização teve um papel fundamental. Será, igualmente, um Estado muito distinto no que existe atualmente nos países do Primeiro Mundo.

Com efeito, se há dúvidas quanto à existência histórica desse Estado liberal, mesmo à época da Revolução Industrial Inglesa, atualmente, no decurso da Terceira Revolução, a observação do comportamento dos Estados dos países do Primeiro Mundo aponta para uma grande intervenção estatal na vida econômica.

Ao lado de ações "reguladoras" do nível de atividade econômica, através de políticas macroeconômicas (pe. de âmbito fiscal e monetário) todos esses Estados praticam, implícita ou explicitamente, políticas industriais e de comércio exterior ativas, que visam a objetivos estratégicos de natureza econômica, social e militar.

Numa época em que as vantagens comparativas são crescentemente "construídas" e têm caráter dinâmico, estas políticas têm tanto natureza "ofensiva", visando lograr maiores espaços econômicos para as firmas nacionais na arena internacional, como "defensiva", buscando proteger as indústrias locais contra a competição internacional.

Dada a heterogeneidade que se observa na dinâmica dos vários setores industriais, estas políticas tendem a ser seletivas e diferenciadas setorialmente.

Assim, a abrangência da política industrial e de comércio exterior e os instrumentos utilizados diferenciam-se pelo papel que os setores industriais e de serviços desempenham no processo de geração e difusão do progresso técnico e pelas condições de competitividade internacional.

Simplificando, pode-se dizer que as políticas dos países do Primeiro Mundo têm como objetivo estruturar os sistemas nacionais de inovação, constituindo o sistema de pesquisa e desenvolvimento e os setores que geram as inovações para toda a economia (os setores "motores" da inovação) e fomentar a difusão do progresso técnico pelo resto do sistema econômico, especialmente nas indústrias produtoras de bens de produção. Ao mesmo tempo, buscam reestruturar (e mesmo eliminar gradualmente) setores pouco estratégicos do ponto de vista de relações interindustriais e pouco competitivos internacionalmente.

A ação do Estado nesses países incide especialmente na estruturação dos sistemas de inovação (aí incluídos os setores "motores"), atuando sobre todos os agentes - de empresas a universidades - e sobre todas as etapas do processo - da pesquisa básica à comercialização. Para tanto, o Estado lança mão de uma gama ampla de instrumentos destinados a reduzir os custos e, especialmente, os riscos (técnicos,

econômicos e financeiros) dos diversos agentes.

Faz parte, igualmente, deste arsenal a constituição de regras de conduta internacional que sejam acordes com as vantagens comparativas nacionais. Daí, por exemplo, a insistência do Governo dos Estados Unidos em incluir os serviços na última rodada do GATT.

O discurso liberal, de "imperfeições de mercado" e "vantagens do livre-comércio", utilizado para justificar essas políticas, confunde mais que elucida sua verdadeira natureza de competição internacional. O paradigma schumpeteriano, ao focar diretamente o papel propulsor da inovação e a heterogeneidade setorial na dinâmica do capitalismo, sem apego místico a um mítico estado de concorrência perfeita, apresenta aqui claras vantagens comparativas.

A segunda vertente de ação do Governo brasileiro atual, que complementa a anterior, é dada pela política industrial e de comércio exterior. Esta, conforme enunciado nas suas Diretrizes, contempla duas linhas de ação principal, que visam, respectivamente, a aumentar a competição a que está sujeita a indústria brasileira e a ampliar sua competitividade.

A pressão competitiva sobre a indústria brasileira emanará de fontes internas e, principalmente, externas. Entre as primeiras, destacam-se uma nova lei antitruste e um código de defesa do consumidor, ainda não aprovados pelo Congresso.

A pressão externa decorrerá da liberalização das importações e da eliminação de entraves à ação do capital estrangeiro. Assim, eliminaram-se as barreiras não-tarifárias à importação e pretende-se implantar uma ambiciosa revisão tarifária, pela qual a tarifa média será, em 1994, de 20%, entre zero e 40%, em confronto com a média atual de 35%, com uma variação de zero a 105%. Ao manter baixa a taxa de câmbio, a política cambial até agora seguida potencializa a pressão advinda da liberalização.

Ao mesmo tempo, foi enviado ao Congresso projeto de lei modificando o conceito de "empresa nacional" de informática, reduzindo-o ao controle da maioria do capital, sem atenção aos aspectos tecnológicos e prometeu-se rever a legislação de propriedade industrial, enfatizando a permissão de patentear produtos e processos farmacêuticos, demandada pelos fabricantes americanos. A possibilidade de firmas estrangeiras participarem do processo de privatização das firmas estatais foi ampliada e acena-se mesmo com o fim do monopólio nacional sobre o petróleo, pedra de toque do nacionalismo passado.

As medidas destinadas a aumentar a competitividade da indústria brasileira restringem-se até o momento ao campo tecnológico. Pretende-se elevar gradualmente os gastos nacionais em ciência e tecnologia dos atuais 0,6% do PIB até 1,5% em 1994, principalmente através de recursos

canalizados pelos bancos de desenvolvimento para empresas (que deverão aportar pelo menos 30% de recursos próprios ao financiamento dos projetos) e por uma expansão dos gastos do Tesouro em infra-estrutura e "externalidades" para as empresas.

A distribuição dos gastos entre "ciência" e "tecnologia" será drasticamente alterada em favor desta última, que deverá, ao fim do período, absorver cerca de 70% do total, invertendo a distribuição que o Governo estima existir atualmente.

Contrariando as Diretrizes, decidiu-se, posteriormente, restabelecer os incentivos fiscais para gastos em tecnologia, que deverão ainda ser apreciados pelo Congresso. Finalmente, lançou-se um programa de qualidade e produtividade industrial. Busca-se, assim, em tese, ampliar tanto o uso de tecnologias mais modernas, como a capacitação local para gerá-las.

A consistência entre as medidas repousa sobre uma conjectura (não explicitada) sobre o comportamento empresarial: face a uma pressão competitiva os empresários realizarão investimentos em tecnologia que aumentarão sua competitividade. Implícito, há um modelo comportamental de sanções e recompensas, de porrete e cenoura.

Esta conjectura pode provar-se falsa por vários motivos, relacionados tanto à política industrial propriamente dita (seja pelo que propõe, seja por suas omissões) como à vinculação entre esta política e o contexto macroeconômico.

A atual política industrial sofre, a *nosso ver*, de um forte desbalanceamento entre sanções e estímulos, tanto em termos da intensidade e abrangência dos dois tipos de medida, como de sua distribuição no tempo.

As medidas destinadas a aumentar a competição dirigem-se ao cerne das atividades empresariais, o mercado. O ataque ao mercado interno provindo da liberalização das importações deverá aumentar num momento em que a contração deste mercado, provocada pela política de controle da inflação, também estará crescendo. A esta redução do mercado interno soma-se uma tendência declinante dos mercados externos, oriunda tanto de causas endógenas a esses mercados (recessão nos Estados Unidos, aumento do custo de petróleo, ampliação generalizada do protecionismo) como do virtual abandono de uma política de exportações por parte do Governo brasileiro.

A força dessa ação conjunta, o Governo contrapõe medidas destinadas a fomentar apenas um dos recursos utilizados pelas empresas para aumentar sua competitividade: a capacidade de usar e, eventualmente, criar novos conhecimentos técnicos. Apesar da inequívoca importância desse fator, a competitividade das empresas requer outros recursos, como a inversão em capital fixo, cadeias de comercialização, serviços pós-venda etc. No entanto os instrumentos de fomento destes recursos, como o crédito de longo prazo e as compras das empresas estatais, encontram-se desativados por força da política macroeconômica. O timing das medidas de competição e competitividade e, especialmente, dos seus efeitos, também é distinto. O cronograma da liberaliza-

ção, já definido, parece evoluir conforme previsto, dependendo apenas do fiat do Executivo. Os recursos para desenvolvimento tecnológico dependem do Orçamento da União, sujeitos à evolução das finanças públicas e de negociações no Congresso. A incerteza no segundo caso é, conseqüentemente, muito maior. Está presente na memória de todos a promessa do último Governo de ampliar os gastos nacionais em ciência e tecnologia até atingir 2% do PIB ao fim do seu mandato, frustrada pela crise fiscal.

Da mesma forma, o efeito das medidas tem uma distribuição temporal distinta. Enquanto a abertura às importações tem efeito imediato, o processo de transformação tecnológica leva tempo para amadurecer e traduzir-se em processos e produtos.

Last but not least, há uma profunda contradição entre a falta de diferenciação entre capitais nacionais e estrangeiros, parte das medidas de competição, e o objetivo de lograr uma maior capacidade de inovação, constante das medidas de competitividade.

Sumariando argumentados bem conhecidos (veja-se Erber 1990, p. ex), é ilusório imaginar que firmas multinacionais venham a desenvolver no Brasil atividades de pesquisa e desenvolvimento significativas, mesmo amparadas por incentivos governamentais, exceto, talvez, em certos ramos intensivos em recursos naturais.

A teoria sugere e a prática confirma que o processo internacional de transferência de tecnologia de firmas do exterior para firmas nacionais tampouco conduz à constituição de uma capacidade interna de inovação, limitando-se a transferir conhecimentos pertinentes à engenharia de detalhe e fabricação.

Na maioria dos casos, para obter uma capacidade de inovação as firmas nacionais devem realizar um investimento autônomo, adicional aos gastos com transferências. Este investimento, arriscado, de longo prazo de maturação e gerador de externalidades para o sistema como um todo, é fortemente desestimulado pela presença no mercado de competidores com acesso imediato a tecnologias já disponíveis ou de produtos que incorporem essas tecnologias, gerando um círculo vicioso entre condições de mercado e capacidade de inovações, amplamente discutido na literatura de desenvolvimento.

Dadas as condições de geração de conhecimentos e de apropriação dos resultados desses conhecimentos vigentes no Brasil, aplicam-se à capacidade de inovação nacional os argumentos clássicos de proteção à "indústria nascente", como economias de escala estáticas e dinâmicas, efeitos de aprendizado, efeitos cumulativos de sinergia, etc.

Para ser eficaz, a proteção ao sistema nacional de inovação deve desdobrar-se em duas linhas. De um lado, necessita abarcar o processo de constituição do sistema, privilegiando os atores sociais que tem condições de implantá-lo - o que implica em diferenciar as empresas segundo a origem do seu capital. De outro lado, deve incluir os resultados do processo de inovação, o que leva a distinguir entre produtos desenvolvidos no país e no exterior. Esta dupla proteção deve ser tanto maior quanto maiores forem os riscos e os prazos de maturação do investimen-

to em capacidade de inovação. Ao mesmo tempo, a proteção deveria ser seletiva e temporária, sujeita à obtenção de resultados concretos que representem a contrapartida social dos benefícios microeconômicos auferidos pelas empresas.

A política de reserva de mercado adotada para a informática era fundada nestes argumentos. Ao findá-la, mantendo a reserva para uma lista restrita de produtos até 1992, o Governo dá sinal inequívoco contrário à constituição de uma capacidade interna de inovação. A este soma-se a liberalização das importações (i.e. entrada de tecnologia incorporada a produtos) e o tratamento entre capitais estrangeiros e nacionais como se iguais fossem, indiferente a seu papel distinto na constituição da capacidade de inovação.

A esses fatores adiciona-se o viés anti-científico das prioridades dos gastos em ciência e tecnologia, que tende a manter a parte acadêmica do sistema nacional de inovação nas suas atuais condições de indigência, incapacitado a contribuir ao esforço de capacitação, tanto científica como tecnológica.

Em síntese, a conjectura de comportamento empresarial subjacente ao conjunto de medidas até agora anunciadas requer uma hipótese de **animal spirits** empreendedores simplesmente bestiais.

Conjugada à política macroeconômica, a política industrial e de comércio exterior autoriza supor outros comportamentos empresariais, como a renúncia à capacitação tecnológica, o "downgrading" das linhas de produtos, rumo a ramos menos ameaçados pela concorrência externa e mesmo a renúncia à produção industrial, passando os industriais a atuar como comercializadores de produtos importados. Esse tipo de comportamento agravaria a recessão, num processo de natureza cumulativa, já observado em outros países, como a Argentina.

Os impactos da política industrial não se distribuem de modo uniforme por todos os setores. Com efeito, dado o papel distinto que os setores desempenham nas relações de investimento, insumo-produto, tecnologia e emprego, toda política industrial tende a assumir feições setoriais.

A presente política industrial brasileira ainda não definiu essas feições, apesar da celeridade com que corre um de seus componentes, o bloco de políticas destinado a fomentar a competição. Neste não se distinguem prioridades setoriais, exceto por uma promessa de manter, temporariamente, os setores de tecnologia avançada com níveis de proteção superiores à média. Mais que a uma lógica de industrialização, articulada ao componente de competitividade, o processo de liberalização das importações parece estar subordinado à política de contenção de preços, para ser usado de forma punitiva contra os setores cujos preços forem elevados a níveis inaceitáveis pelo Governo.

Os "programas de competitividade" setoriais que, em tese, deveriam traduzir as prioridades da política, ainda estão em fase inicial de gestação governamental, ignorando-se sua abrangência e prazo de maturação.

A única política até agora definida, para a informática, é um exemplo desalentador. Anunciada, nas Diretrizes, como uma política para o

complexo eletrônico, atendendo à interdependência existente entre os vários setores industriais de base técnica microeletrônica, reduziu-se, na prática, a uma política para apenas um setor, o de informática, consistindo de uma lista de produtos, elaborada ad hoc, a serem mantidos, temporariamente, sob a reserva de mercado.

Resta, claro, a esperança que as demais políticas setoriais tenham maior abrangência e consistência, mesmo que seu descompasso com as medidas de liberalização, acima comentado, seja insanável.

As Diretrizes de Política Industrial e de Comércio Exterior sugerem que os setores motores do progresso técnico seriam priorizados pela proteção tarifária. No entanto, dados a acirrada competição internacional nesses produtos, a importância da inovação na sua dinâmica, o risco, prazo de maturação e escala de investimento e o status nascendi da indústria brasileira nestas áreas, é duvidoso que a tarifa constitua instrumento suficiente para estimular o seu desenvolvimento. Paradoxalmente, é nestes setores que o comportamento empresarial "regressivo" acima sugerido parece ser mais provável.

Se a conjectura acima provar-se verdadeira, a política industrial brasileira terá o efeito de reforçar os defeitos do padrão de industrialização baseado na substituição de importações, afastando-nos da desejada proximidade do Primeiro Mundo.

Em verdade, a atual política industrial e de comércio exterior do Brasil contrasta fortemente com as políticas postas em práticas pelos países do Primeiro Mundo, embora conforme-se à retórica e aos interesses destes.

Neste sentido, o noticiário da maior rede de televisão do país, quando do fim da política de informática, é duplamente interessante. Em primeiro lugar pela notícia em si: informou seu correspondente econômico nos Estados Unidos ter entrevistado alto funcionário do Governo americano e que este teria afirmado que "finalmente o Brasil falava a linguagem do Primeiro Mundo". Em segundo lugar, pelo embasamento com que a notícia era dada. Aparentemente, no caminho para a "modernidade" trocamos as miçangas pela ideologia.

Em trabalho anterior (Erber 1990) conjecturamos que parte da explicação para as características da atual política industrial e de comércio exterior encontrava-se no marco teórico que a inspirava, um paradigma liberal ultrapassado, que os países avançados já descartaram na prática, embora não no discurso.

1 Curso **OPERATORE D'AFFARI**
 ARTICULADOR INTERNACIONAL DE NOVOS NEGÓCIOS
 Recomendado para ECONOMISTAS, ADVOGADOS, CONTADORES, ENGENHEIROS, ADMINISTRADORES
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
 SOCIEDADE DANTE ALIGHIERI DO RIO DE JANEIRO
 Av. Pres. A. Carlos, 40 - 3º - "Casa d'Italia"
 Tel 220.7867 (Ivete) 437.7792 (Tereza)

Outra conjectura pode ser feita quanto ao descompasso entre as políticas de competição e competitividade acima analisado, que não se justifica à luz das condições econômicas e tecnológicas do país. É possível que o aqodamento com que as políticas de competição vem sendo conduzidas, buscando eliminar todo o contencioso com os países do Primeiro Mundo, notadamente os Estados Unidos, na área comercial, de investimento e de propriedade industrial (bem como nos campos nuclear e de armamentos), tenha por inspiração a negociação da dívida externa.

Assim, nesta conjectura, o Governo brasileiro, tendo formulado uma proposta de pagamento da dívida dura (provavelmente a melhor para o país até agora apresentada), visaria, com as medidas acima mencionadas, aumentar a probabilidade desta proposta ser aceita. Neste caso, teríamos, uma vez mais no país, a

dimensão financeira comandando o processo de desenvolvimento.

Trata-se, convém reiterar, de mera conjectura. No entanto, se verdadeira, corre-se o grave risco de ter concedido muito em troca do incerto e, quiçá, do nada.

Quaisquer que sejam as motivações da atual política industrial, ainda há tempo para modificá-la. Estas modificações não implicam, como algumas vezes sugerem as autoridades governamentais, um retorno ao status quo ante.

É consensual que tanto o padrão de industrialização substitutivo de importações como o padrão de intervenção estatal casuístico que prevaleceu no passado recente encontram-se esgotados e precisam ser substituídos por padrões mais modernos e, ao mesmo tempo, adequados às nossas especificidades históricas.

A teoria econômica oferece para-

digmas alternativos ao neoclássico para conceber esse novo padrão de industrialização, mais adequado às condições nacionais e internacionais, como paradigma schumpeteriano. No entanto, esta é uma tarefa que vai muito além da responsabilidade e capacidade dos economistas.

Um padrão de industrialização repousa necessariamente sobre pactos políticos, tanto tácitos como explícitos. No caso brasileiro já tivemos pactos de vários tipos, tanto de natureza populista como intralites, de caráter autoritário. A crise da nossa industrialização reflete em boa medida a falência dos pactos passados.

O presente Governo singulariza-se neste aspecto pela incapacidade de formular qualquer pacto com as forças politicamente organizadas. Inviabilizam-se assim, como apontamos acima, políticas sociais que reduzam o nível de miséria da maioria da população brasileira. Da mesma

forma, tornam-se inviáveis transformações na base material da economia que sejam duradouras e progressistas. Ao contrário de caminhar para o Primeiro Mundo, marchamos a passos largos para o Quarto.

No entanto, como nenhum Governo pode sobreviver no vácuo político e este ainda tem quatro anos de porvir, resta a esperança que venha a modificar sua estratégia política e, com esta, a política industrial e de comércio exterior.

REFERÊNCIAS:

Erber, F. (1990) – "A Política Industrial – Paradigmas Teóricos e Modernidade" em M.C. Tavares e outros (org) Aquarella do Brasil: Ensaio Político e Econômico sobre o Governo Collor, Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro.

Jaguaribe, H. e outros (1986) – Brasil, 2.000: Para um novo Pacto Social, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

IGNÁCIO
M. RANGEL

3ª Dualidade: crise final

"Quos Jupiter perdere vult, prius dementat", disse o mestre latino, creio que Ovídio. Traduzindo livremente: Aquele a quem os céus querem perder, primeiro tiram-lhe a razão". – Ora, não há como não pensar nisso, vendo a sequência de sintomas de ensandecimento, no presente governo brasileiro – o colorido –

Com efeito, não nos confrontamos com uma crise comum, dessas que, muito pontualmente, nos têm sacudido decenalmente, no primeiro lustro de cada decênio, ao que se tem seguido outro lustro próspero, desde que implantamos, com a Revolução de 30, a era da industrialização substitutiva de importações.

Antes de passarmos adiante, cumpre-nos recordar que nosso desempenho nacional, a começar pelo econômico, até a abertura do "decênio perdido" – o meio século 1930-80, ou um Ciclo de Kondratiev inteiro – pouco deixou a desejar. Qualquer que seja o ângulo sob o qual examinemos esse desempenho, encontraremos razões para ficar contentes conosco mesmos, quer tomemos como termos de comparação o Primeiro Mundo (mundo socialista desenvolvido) ou o Segundo Mundo (mundo socialista desenvolvido) ou o Terceiro Mundo (países subdesenvolvidos do Primeiro e do Segundo mundos).

Com efeito, nosso desenvolvimento industrial entre 1932 e 1940, esteve próximo de 10 por cento ao ano. Mas, limitando nosso exame aos 41 anos do período 1938-79, isto é, o último ano pré-bélico para o qual são encontrados os dados competentes, e o último ano precedente ao "decênio perdido", a produção industrial do Primeiro Mundo cresceu 6,45 vezes; a da União Soviética, 26,49; a da América Latina s/Brasil, 7,45 vezes. Contra 23,89 vezes para o Brasil. Mesmo o Japão cresceu apenas 13,78 vezes.

Resumamos: nossa presente crise de regime não é a primeira destes quase dois séculos de vida nacional – a contar de 1808, data da Abertura dos Portos, e não de 1822, data do ato homologatório daquela –. A essa primeira crise de regime seguiram-se, uma segunda, que foi homologada pela Abolição-República, e uma terceira, idem, pela Revolução de 30 – Estado Novo. Estamos na iminência de uma quarta revolução homologatória de medidas em curso, pensem o que pensarem nossos dirigentes "coloridos".

O cunho pouco sanguinolento de nossas revoluções não as descaracteriza como tais. O caso é que temos uma formação social muito feliz, no sentido de que cada um desses sucessivos regimes prepara o advento do seu sucessor, através de simples troca de posições na coalização dominante do regime depositado. Temos, assim, revoluções a meias, mas que conduzem a mudanças de fundo, que caracterizam, claramente, novos regimes, no sentido geral do desenvolvimento de toda a sociedade humana, o qual, partindo do comunismo primitivo, passa à escravidão, ao feudalismo, ao capitalismo – com seus estágios mercantil, industrial e financeiro – e promete o socialismo.

Como cada um dos nossos regimes tem, na cúpula da sociedade e do Estado, não uma, mas duas classes sociais, propôs que os batizássemos de "dualidades". Um desses sócios – o maior ou hegemônico, passou da dualidade anterior, e traz consigo valiosa experiência de governo, isto é, sabedoria política; ao passo que o outro cooptado pelo primeiro para o comando, nas condições da passada crise de regime, embora surgindo como uma dissidência progressista do sócio hegemônico da passada dualidade, é, de fato, outra classe social, e não apenas outro estamento. Carregado de dinamismo e vitalidade, mas privado de sabedoria política, tem de si mesmo uma consciência equivocada. É uma nova classe, caracterizando o surgimento de novo regime, mas continua a pensar como mero estamento da classe hegemônica do regime passado. Somente no decorrer da nova dualidade, irá ganhando justa consciência de si e a indispensável sabedoria política.

A 1ª Dualidade lançou suas raízes ainda no regime colonial. Este, em sua forma acabada, apresentava algo como uma Dualidade Pré-histórica, a saber: a

aliança do capitalismo mercantil português, consubstanciado no trono dos Braganças (como sócio hegemônico, ou maior), e a classe dos senhores de escravos, em aliança inquieta com o precoce latifúndio feudal, surgido nas áreas pecuaristas do Sul e do Sertão Árido do Nordeste (como sócio menor). Com a abertura dos Portos, surgiu no Brasil um capitalismo mercantil, formado como uma dissidência do capital comercial reinol, embora nem sempre fosse brasileiro ou sequer português. Com esse novo capitalismo mercantil recebemos, não por acaso, um ramo dos Braganças, para ocupar nosso próprio trono imperial nacional.

Não seria fácil calcular quanto sangue nos foi poupado por esse ato, aparentemente irrelevante, de sabedoria política, que mascarava um regime de fato novo com as cores do velho regime. Ao contrário de outras formações sociais, que mascararam de inovação o que não passa de sobrevivência do regime deposto, nós mascaramos de sobrevivência o que é, de fato, contundente inovação. Trata-se de um modo de ser próprio de nossa formação social nacional, e isto ficaria para as subsequentes revoluções. Esperamos que assim seja ainda em nossa revolução iminente.

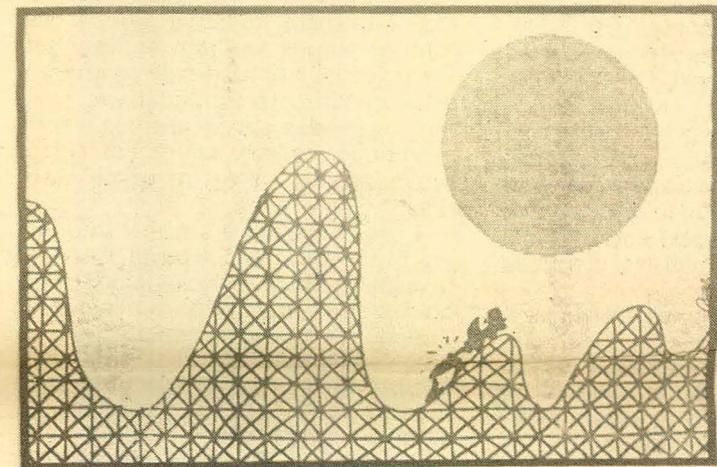
Na 1ª Dualidade Brasileira, saída dessa pré-histórica "dualidade" luso-brasileira, o escravismo emergiu como a formação hegemônica, confiando à dissidência do antigo sócio menor. E assim continuou, resolvendo, nem sempre pacificamente, mas de maneira muito eficaz, graves problemas de unidade nacional e de relacionamento com os vizinhos hispânicos, até a crise de regime que culminou com a Abolição-República, que implantou a 2ª Dualidade. Nesta, a posição de sócio menor passaria à dissidência do antigo sócio hegemônico, cuja posição passaria a ser ocupada pelo antigo sócio menor, o capitalismo mercantil nascido com a Abertura dos Portos e, a esta altura, já plenamente amadurecido, capaz de suscitar o aparecimento de homens de Estado da melhor qualidade, como Benjamin Constant e Rui Barbosa. O latifúndio feudal surgiu como dissidência da antiga classe dos senhores de escravos fundiu-se numa formação única com o latifúndio pecuarista preexistente.

A 2ª Dualidade deu-nos um importante comércio exterior, sob a inspiração do novo sócio hegemônico, e graças à vitalidade do novo sócio menor, notadamente os latifúndios cafeeiro, açucareiro e cacaueteiro. Em consequência, nossas importações chegaram a cobrir mais de um quarto do consumo interno, principalmente com produtos da indústria estrangeira de transformação. Ora, nas condições da Grande Depressão mundial, que, em certo momento, reduziu nossa capacidade para importar a apenas um terço, o suprimento de bens industriais, principalmente de consumo, emergiu como "ponto de estrangulamento" do nosso sistema econômico, inspirando ao nosso anterior sócio menor a cooptação da dissidência progressista do antigo sócio hegemônico – os comerciantes de fato, industriais, interessados em substituir suas importações de produtos industriais acabados, por insumos críticos que permitissem a produção interna dos mesmos produtos.

Tinha início, assim, a industrialização do Brasil, orientada para o mercado interno, estruturada nos quadros da anterior dualidade, e empenhada em incorporar à renda nacional a diferença entre o valor agregado nos produtos importados e o valor cristalizado nos insumos que continuavam a ser importados, mas que representavam apenas uma fração daquele valor agregado total. Em resumo, da crise final da 2ª Dualidade – incidente da Grande Depressão mundial, como vimos, tinha origem a 3ª Dualidade Brasileira.

É esta formação que, com o "decênio perdido" e, especialmente, com o atual governo, de Fernando Collor, Zélia Cardoso de Melo, Kandr, Eris e colaboradores, está claramente ingressando em sua crise final. Recapitulamos os passos principais do avanço dessa 3ª Dualidade.

Seu ponto de partida foi uma inovação institucional de capital importância, a saber: o controle do



Reproduzido da
F. de S. Paulo
30/05/87

câmbio pelo Estado. Noutras palavras, o exportador, paulatinamente, foi sendo privado do direito à disposição da receita em moedas fortes, ganha por suas exportações, fazendo jus, em compensação, ao contravalor, dessa receita, em moeda nacional. Isto posto, o Estado podia decidir que produtos importar e que, outros, não importar, ou importar em condições onerosas. Aos primeiros, definimos como "essenciais" e, aos outros, como "inessenciais".

O critério de essencialidade e sua recíproca, a inessentialidade, foi sendo definido preterintencionalmente. Retrospectivamente, podemos dizer que, no fundamental, eram essenciais os insumos críticos para a produção interna dos artigos antes importados, e para os quais já pudéssimos vislumbrar a possibilidade de produção substitutiva de importações. Essa inovação institucional permitiu ao Brasil emergir da fase "b" do 3º Kondratiev, como um país próspero. Essa fase "b" prolongou-se até 1948 e, para meu conhecimento, somente o Brasil e a União Soviética tornaram-se prósperos nessa fase, incorporando-se ambos, muito brilhantemente ao geral movimento de prosperidade, no subseqüente quartel de século correspondente à fase "a" do 4º Ciclo Longo: 1948-73.

E claro que esse movimento expansivo não foi uniforme, nem poderia tê-lo sido. Na URSS, por efeito da guerra; no Brasil, em consequência da série de ciclos breves decenais, que propus batizássemos de "juglarianos brasileiros". Depois de um lustro recessivo, na abertura de cada decênio, um segundo lustro expansivo. A etiologia dessas alternâncias de expansão e relativa estagnação deve ser pesquisada na lógica interna do processo de substituição de importações.

Com efeito, havendo começado esse processo pela implantação da indústria leve, graças à importação de insumos críticos – bens de produção e, principalmente, bens de capital – a certa altura saturávamos o mercado interno para ditos bens. Declinava, assim, o esforço de formação de capital e, com esse declínio reduzia-se, também, o efeito multiplicador dos investimentos, sobre a demanda efetiva, sobre a taxa de expansão da renda nacional e, last, but not least, sobre as receitas do Estado. – Ora qualquer que seja a atividade pela qual o sistema econômico entre em expansão, novos pontos de estrangulamento surgirão, espontaneamente, exigindo que o Estado invista na ruptura desses pontos de estrangulamento. A começar pela indústria pesada supridora de bens de capital, a exemplo da siderurgia e da química de base, e pelos grandes serviços de utilidade pública, como os transportes pesados e a energética.

Entretanto, se as atividades abertas ao setor privado entram em regime de capacidade ociosa,

reduzindo-se os investimentos com essa intenção, pelo mecanismo indicado, toda a economia irá entrando em estagnação, muito especialmente as receitas do Estado. A crise assim definida tem sido regularmente superada pela abertura de novas atividades ao setor privado, o que ordinariamente implica em inovações institucionais, que não poderíamos detalhar aqui. – sucederam-se, pontualmente, assim os ciclos breves endógenos.

Chegaria, inevitavelmente, o momento em que esse automatismo dos ciclos endógenos deixaria de fazer-se sentir. O "decênio perdido" – embora, mesmo nele, os índices de atividade do primeiro e do segundo lustro tenham mantido sua observada discrepância – significa que o comportamento de longo prazo da economia não é mais o mesmo. Em termos per capita, virtualmente não tivemos crescimento nesse decênio.

Nossa crise atual reflete o fato de que as atividades a se desenvolverem prioritariamente são, agora, essencialmente os chamados serviços de utilidade pública, os quais, em substituição às concessões a empresas privadas estrangeiras, foram paulatinamente reorganizados como concessões a empresas públicas nacionais. Esse enquadramento institucional foi fecundo. No caso da eletricidade, nos trinta anos entre 1956 e 1986, nossa produção cresceu 12,5 vezes; contra 6,8 vezes para todo o Mundo; 8,3 vezes para a URSS, 7,6 vezes para o Japão, 7,1 vezes para a Argentina e 6,0 vezes para o Chile. Em nossa América Latina somente o México aproximou-se do nosso desempenho, com 11,9 vezes.

O ponto fraco do nosso enquadramento institucional presente reflete a fragilidade do mecanismo vigente de garantia. A empresa pública concessionária de serviço público não pode oferecer aos seus credores senão o aval do Tesouro, o qual não pode deixar de refletir a estagnação das receitas fiscais do Estado, decorrente do esmorecimento do esforço privado de formação de capital, em outras atividades. Somente a privatização dos ditos serviços pode resolver o problema, permitindo a regeneração do instituto da garantia hipotecária. Este o nó górdio de nossa problemática presente.

Ora, disso, a rigor, nem cogitam nossos planejadores atuais. Sua terapêutica se ordena em torno de um absurdo programa de combate à inflação, a qual é um epifenômeno e não causa eficiente dos nossos males. Segue-se toda uma série de remédios, que não passam de sinais de puro ensandecimento, conducente à perda, à qual os céus estão conduzindo nosso Estado, em sua presente encarnação.